

**Nº13 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 28 de junho  
de 2018. -----**

No dia vinte e oito do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.<sup>a</sup> Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----**

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, que inclui reuniões de manhã e de tarde e votação no final da reunião plenária. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----**

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, tendo manifestado a sua preocupação relativamente à tempestade ocorrida, na passada quinta-feira, que assolou o Concelho de Chaves, a qual veio a provocar danos, junto das populações locais, quer nos edifícios e/ou habitações, quer no setor agrícola. -----  
Neste contexto, perante as inúmeras abordagens que lhe foram dirigidas, por diversos cidadãos flavienses, sobre a matéria, solicitou, ao Senhor Presidente da Câmara, informação, sobre as diligências que a autarquia já desenvolveu e/ou irá desenvolver, em vista a minorar todos os prejuízos provocados, pela tempestade, junto dos cidadãos flavienses. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
1 - A tempestade registada, no Concelho de Chaves, no pretérito dia 21/06/2018, veio a determinar o acionamento dos serviços correlacionados com a proteção civil. -----

- 2 - Registrou-se um grande envolvimento das corporações de bombeiros, tendo sido prestado o devido apoio às situações mais problemáticas, particularmente, ao conjunto de inundações registado no edificado. --
- 3 - Foi, também, feita uma primeira avaliação dos danos registados como consequência direta da tempestade. -----
- 4 - Foram promovidos contactos institucionais com o Ministério da Agricultura, tendo em vista a realização de uma avaliação, sobre os prejuízos registados nas culturas agrícolas e equipamentos de apoio à atividade agrícola. -----
- 5 - Já foi realizada uma deslocação oficial às zonas mais atingidas, sendo certo que o Ministério da Agricultura está a elaborar um relatório, sobre as parcelas agrícolas mais atingidas, com a identificação dos respetivos prejuízos, tendo em vista o possível apoio financeiro do próprio Ministério. -----
- 6 - Na próxima semana, a Autarquia já terá uma informação mais rigorosa e detalhada, sobre a matéria, em apreciação, e sobre os impactes negativos provocados pela tempestade. -----

## I

## ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

## 1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 14 de junho de 2018. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

## 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

**2.1. ALARGAMENTO, EXCECIONAL, DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INTEGRADOS NO 2º GRUPO DO REGULAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES - SITOS NA TRAVESSA CÂNDIDO DOS REIS - FESTIVIDADES DE S. JOÃO E S. PEDRO DESPACHO Nº 52/GAP/2018. PARA RATIFICAR. -----**

Foi presente o despacho identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Justificação -----**

Considerando que o Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor no Concelho de Chaves, foi publicado na II - Série do Diário da República n.º 206, de 21 de novembro de 2015; -----

Considerando que os estabelecimentos pertencentes ao segundo grupo, podem funcionar entre as 6 horas e as 2 horas do dia imediato, durante todos os dias da semana, exceto aos sábados ou dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos, em que é permitido o funcionamento até às 4 horas do dia imediato, conforme previsto no n.º 3, do art. 3º, do aludido Regulamento Municipal; -----

Considerando que os exploradores/proprietários dos Estabelecimentos Comerciais, sitos na Travessa Cândido dos Reis, vieram solicitar autorização para a realização das Festas de S. João e S. Pedro, na via pública, nos próximos dias 22 e 23 de junho de 2018, e na noite do

próximo dia 28 para 29 de junho, respetivamente, mediante licenciamento, nos termos do DL 310/2002, de 18 de dezembro e ulteriores alterações, solicitando, simultaneamente, o alargamento do horário de funcionamento dos respetivos estabelecimentos comerciais; Considerando que, neste contexto, o art. 10º, sob a epígrafe "Regime Excepcional", do retrocitado Regulamento, prevê que a Câmara Municipal, por sua iniciativa ou a requerimento do interessado, tem competência para alargar os limites fixados no Regulamento de Horário de funcionamento dos estabelecimentos Comerciais, em vigor, para este tipo de Estabelecimentos; -----

Considerando que o alargamento dos períodos de funcionamento de qualquer atividade económica está condicionada pela audição das entidades externas previstas no n.º 5, do art. 10º, do referido Regulamento; -----

Considerando que, nesse sentido, as entidades externas consultadas - Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e ACISAT - emitiram parecer favorável ao alargamento, excepcional, conforme documentos cujo teor se anexam à presente proposta; -----

Considerando que, pese embora, a posição da DECO não se encontre devidamente formalizada junto do presente processo, tal Associação, até à presente data, nunca se opôs a qualquer redução e ou alargamento de horário de funcionamento proposto pela Câmara Municipal, tendo emitido sempre pareceres favoráveis; -----

Considerando que, desde a entrada em vigor do Regulamento Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Chaves, a estratégia de atuação da Autarquia, no que concerne ao alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais à luz de tal regime excepcional, tem passado por deferir tais pedidos, desde que todas as entidades consultadas manifestem a sua pronúncia favorável, no sentido de reconhecer os fundamentos da excepcionalidade invocada; -----

Considerando que, tendo em conta as razões acima evidenciadas, tendo como credencial legal o disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando, todavia, estes, sujeitos a ratificação, na primeira reunião do executivo realizada após a sua prática; -----

Considerando que, no caso individual e concreto ora em apreciação, se encontram reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber: -----

- Urgência da situação em face dos factos anteriormente descritos;
- Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo por referência a data da decisão administrativa consubstanciada na autorização da realização da atividade pretendida e, bem assim, a data da realização efetiva da mesma, ou seja, **a ter início no dia de hoje, 22 de junho** do corrente ano. -----

## **II - Do Despacho em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, determino o seguinte: -----

a) Autorizar o de alargamento, excepcional, dos limites fixados no Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, para os estabelecimentos integrados no 2º grupo, sitos na Trav. Cândido Reis, permitindo o funcionamento de tais estabelecimentos comerciais, no seguinte horário: -----

- Dia 22 de junho (sexta feira) até às 04 horas do dia 23 de junho de (sábado); -----

- Dia 23 de junho (sábado) até às 04 horas do dia 24 de junho de (domingo); -----

- Dia 28 de junho (quinta feira) até às 04 horas do dia 29 de junho (sexta feira). -----

b) Que seja dado conhecimento da presente decisão aos órgãos competentes em matéria de fiscalização do cumprimento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, à Polícia de Segurança Pública de Chaves, tudo isto, nos termos do art. 5º do DL nº 48/96, de 15 de maio, alterado pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro. -----

c) Por último, considerando a urgência da situação anteriormente evidenciada, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, a ter lugar no próximo dia 28 de junho, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Chaves, 22 de junho 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Nuno Vaz) -----

**Em anexo:** Os referidos documentos. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 22.06.2018. -----

## **2.2. PROPOSTA DE CONCESSÃO DE CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO MUNICÍPIO, NO PRÓXIMO DIA 8 DE JULHO. PROPOSTA N.º 50/GAP/18. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

### **I - Da Exposição dos Motivos:-----**

De acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, aprovado em reunião ordinária de Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de 1992, as medalhas municipais destinam-se a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos pessoais ou feito cívicos e ainda funcionários do Município, pelo desempenho das suas funções.-----

Ainda nos termos do aludido regulamento, artigo 2º, "as medalhas municipais são cinco, assim designadas: de **Honra**, de **Mérito**, de **Valor e Altruísmo**, de **Bons Serviços**, de **Dedicação**".-----

Neste contexto, a medalha Municipal de **Mérito** destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Município, quer pela divulgação dos seus valores, quer pelo superior exercício de funções autárquicas, quer por se haverem notabilizado em qualquer ramo das ciências, da cultura, desporto ou no exercício de qualquer outra atividade. -----

A medalha Municipal de **Dedicação** destina-se a galardoar os funcionários do Município que, cumprindo determinado período da sua carreira, tenham revelado no exercício do seu cargo, assiduidade, exemplar comportamento e reconhecida dedicação".-----

### **II - Da Proposta-----**

De acordo com o consignado no Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais do Município de Chaves, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte:-----

a) Que por ocasião da Comemoração do Dia do Município, no próximo dia 8 de julho de 2018, sejam concedidas, nos termos do supra citado Regulamento das Condecorações Municipais, as seguintes medalhas: ----

**MEDALHA DE MÉRITO - GRAU OURO -----**

**FRANCISCO DA COSTA CARVALHO**, distinguindo-se no setor empresarial flaviense, pelo contributo para o desenvolvimento local e para o reforço e inovação do tecido económico do Município. -----  
Francisco da Costa Carvalho nasceu em Ermesinde, concelho de Valongo, há 63 anos. Vive em Chaves desde os 14 anos e desde essa altura é sócio do Grupo Desportivo de Chaves. Tem 6 irmãos, 5 filhos e 5 netos. Começou a trabalhar nas feiras com a mãe, aos 14 anos, vendendo de tudo um pouco. Aos 16, começou a trabalhar por conta própria, também nas feiras, e começou a ganhar gosto pela música.-----  
Aos 31 anos, pediu um empréstimo ao banco de 3 mil contos que mudariam a sua vida para sempre. Com três sócios, criou uma editora em Lisboa e o negócio foi tão lucrativo que, pouco tempo depois, comprou as editoras mais conhecidas do país e tornou-se a maior referência da indústria musical em Portugal e na comunidade emigrante. Tony Carreira, Ágata, Quim Barreiros, José Malhoa, Toy ou Leandro são alguns dos artistas que o empresário Francisco Carvalho lançou na alta roda musical.-----

Regressou em definitivo à cidade de Chaves há cerca de 20 anos, deixando a gestão das várias empresas que possui, em Lisboa, aos filhos e cunhado.-----

Em Chaves, é proprietário do Hotel Forte de São Francisco.-----  
Há sete anos atrás, respondendo ao apelo das forças vivas da cidade e dos amigos, Francisco Carvalho, que sempre ajudou as várias direções do Grupo Desportivo de Chaves, foi impulsionado a não deixar morrer o Clube da terra. Com a família e com colaboradores da sua confiança, fez renascer o GDC colocando-o no patamar que sempre sonhou, a primeira liga. -----

Como Presidente Honorário, investidor da SAD e alma deste Clube, Francisco Carvalho vive o Desportivo 24 horas por dia, sendo o primeiro a chegar e o último a sair do estádio.-----

Atualmente o Desportivo de Chaves é uma referência no panorama futebolístico português.-----

**HÉLDER AMADEU BAPTISTA DE SÁ** pelas cinco décadas de vida sacerdotal, projeto desenvolvido em prol da comunidade flaviense contribuindo para a formação assente na transmissão de valores cristãos.-----

Nasceu em Roriz, concelho de Chaves a 25/04/1945. Concluiu os estudos primários nessa localidade, fazendo o segundo ciclo no Seminário de Vila Real.-----

Elaborou alguns estudos de Sociologia, no Instituto Católico de Paris. Foi ordenado sacerdote a 21/12/1967, sendo professor e Prefeito no Seminário de Vila Real de 1968 a 1971;-----

Foi Vigário Paroquial em Santa Maria Maior de Chaves entre 1971 e 1979;-----

De 1979 a 1989 foi Capelão da Comunidade Portuguesa de Paris 16, Presidente da Associação Portuguesa de Ajuda e Cultura (APEC), dedicada ao ensino, Colaborador do Jornal "Presença Portuguesa", publicado em Paris;-----

Foi professor de Ética e Deontologia Profissional na Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado, em Chaves e Professor na USAF, durante três anos.-----

É Pároco de Santa Maria Maior desde 1989, sendo atualmente Arcipreste do Alto Tâmega e Membro do Conselho de Presbíteros.-----

Concluiu 50 anos de vida sacerdotal a 21/12/2017.-----

**MEDALHA DE MÉRITO - GRAU PRATA -----**

**AMÍLCAR SALOMÃO PIRES SALGADO**, distinguindo-se no setor empresarial flaviense, pelo contributo para o desenvolvimento local e para o reforço e inovação do tecido económico do Município. -----  
 Nasceu a 20 de outubro de 1966 na localidade de Arcossó, em Chaves.--  
 É licenciado em Economia pela Universidade do Porto em 1991 com Pós-Graduação em Economia e Finanças Internacionais, em 1993, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.-----  
 Foi Técnico Economista do Gabinete de Estudos da Associação Industrial Portuense entre 1991 e 1996;-----  
 Foi Assistente de Macroeconomia e Cálculo Financeiro, na Universidade Lusíada do Porto de 1992 a 2003 e Assistente de Análise de Projetos de Investimento, na Universidade Internacional - Pólo de Chaves, de 1993 a 1998;-----  
 Foi Delegado de Viação do Distrito de Vila Real, em Comissão de Serviço, na Direção Geral de Viação entre 2000 e 2003;-----  
 Foi Presidente do Conselho de Administração, em Comissão de Serviço, no Hospital de Chaves entre 2003 e 2007;-----  
 Iniciou a atividade agrícola em 2001, com a designação empresarial de Quinta de Arcossó, Sociedade Vitivinícola, Lda, com a aquisição de 16ha de terra, a qual transformou de raiz, em 2002/2003, 12ha de vinha e 1ha de olival, onde construiu em 2006 a adega, tendo engarrafado o primeiro vinho de produtor engarrafador Denominação Origem Controlada (DOC) Trás-os-Montes da sub-região de Chaves, em 2005, com a marca de Quinta de Arcossó;-----  
 Em 2014 iniciou a expansão da atividade com a aquisição de diversas parcelas agrícolas abandonadas, instalando nas mesmas mais 9ha de vinha e 4ha de olival, com o objetivo de produzir um vinho espumante. Autor de vários artigos, destaca-se a publicação de "A Adesão do Escudo ao Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu", em colaboração com José Carlos Ferreira, publicado na revista Estudos e Opiniões n.º 3, da AIP, em junho de 1992 e "As Vantagens e Desvantagens de uma União Económica e Monetária - O caso Português", publicado na revista Estudos e Opiniões n.º 6, da AIP, em janeiro de 1995.-----  
 É Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Serralves desde julho de 2015;-----

**JOSÉ JORGE SILVA TEIXEIRA**, pelos relevantes serviços prestados na área da formação académica, alcançando o prémio de melhor professor de Portugal - Global Teacher Prize Portugal 2018.-----  
 É licenciado em Engenharia (ramo de Ciência dos Materiais) e em Física (ramo de Formação Educacional) pela Universidade de Coimbra e Mestre em Física (Área de Especialização em Ensino) pela Universidade do Minho. -----  
 Iniciou a atividade profissional em 1993, como Assistente Estagiário no Departamento de Física da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). -----  
 Atualmente é professor de Física e Química do quadro do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, em Chaves, formador do Centro de Formação da Associação de Escolas do Alto Tâmega e Barroso e colaborador do Laboratório de Didática de Ciências e Tecnologia, da UTAD. -----  
 Publicou vários artigos no âmbito do ensino experimental e obteve vários prémios e distinções, nomeadamente:-----  
 - Distinção pelo Coordenador de Física da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (1998).-----  
 - Professor selecionado para a primeira escola de verão do CERN (Conseil Européen pour la Recherche), em Genebra (2007);-----  
 - Primeiro Prémio no projeto *Radiação Ambiente* (2011);-----

- Professor selecionado, pelo Instituto Superior Técnico, para receber formação sobre *Física Nuclear* no Joint European Torus, Inglaterra (2011);-----

- Professor selecionado, pelo Instituto Superior Técnico, para receber formação sobre *Lasers* no laboratório Rutherford Appleton, Inglaterra (2012);-----

- Menção honrosa no 21º Concurso Jovens Cientistas e Investigadores (2013);-----

- Prémio da melhor comunicação em forma de poster, com a comunicação *Aprender e ensinar Física com instrumentos antigos*, no 26.º Encontro Ibérico para o Ensino da Física (2016);-----

- Segundo lugar no Prémio Atlas do Saber Física 2018;-----

- Vencedor do Global Teacher Prize Portugal 2018;-----

Fundou há 12 anos, na Escola Secundária Fernão de Magalhães, o "Clube do Ensino Experimental das Ciências", com o intuito de conciliar o ensino formal com o não formal. Colabora com o projeto "Física e Química Experimental para os + pequenos" desde a sua criação, em 2015.

**JOSÉ LUÍS MARTINS**, distinguindo-se como empresário flaviense de sucesso, contribuindo para o desenvolvimento local, reforço e inovação do tecido económico do Município. -----

Nasceu a 5 de abril de 1971, na cidade de Chaves. Cresceu em Faiões onde frequentou a escola primária.-----

Desde muito novo acompanhou os seus pais pelas feiras das redondezas. Com apenas doze anos já fazia as feiras sozinho. Fora do período escolar, o pai mandava-o com um motorista e com a mercadoria para vender. E era com enorme satisfação e orgulho que no final do dia apresentava os resultados obtidos. Na escola Júlio Martins, que frequentou até completar o ensino secundário, foi sempre um bom e responsável aluno.-----

Esta dura experiência de vida foi a melhor escola de mercadologia que podia ter tido. Foi na escola da vida que aprendeu a conhecer o mercado e a reconhecer os bons negócios; aprendeu que é do trabalho, da dedicação e persistência que vem o sucesso; aprendeu que as dificuldades são ensinamentos e os momentos menos bons, oportunidades de crescimento.-----

Com 19 anos decidiu abrir a primeira loja "dos 300" na cidade de Chaves: "O Pobre." Este foi o início da caminhada pelo mercado da distribuição.-----

Passou por áreas como a distribuição alimentar explorando um hipermercado da marca Dia em Chaves e experimentou lojas em grandes superfícies, como foi o caso da Triumph, no Dolce Vita.-----

É um homem com uma enorme capacidade de trabalho, desenvolveu as suas duas empresas e simultaneamente estudou economia na Universidade Internacional, tem vindo a acumular formações complementares que entende serem úteis na sua atividade, como por exemplo planificação, gestão, marketing, gestão estratégica, gestão de recurso humanos, organização e gestão de stocks, entre outras. -----

Só em Chaves tem sete lojas e mais de trinta colaboradores. Gere lojas com várias marcas, com métodos de trabalho diferenciados, de muitas nacionalidades o que obriga a uma enorme versatilidade e capacidade de trabalho.-----

O seu espírito inovador e empreendedor fez com que das sete lojas que abriu em Chaves, quatro foram as primeiras a nível nacional. Colocou a cidade de Chaves no mapa, para grandes marcas dos sectores de atividade que explora.-----

As lojas que gere em Chaves têm ganho prémios em concursos nacionais e internacionais, o que demonstra o trabalho de excelência que tem sido desenvolvido. -----

Ao longo destes anos, tem feito grandes investimentos, sendo um empreendedor cada vez mais assertivo nos seus objetivos e consequentes decisões empresariais de sucesso.-----

**MARIA LUÍSA VIEIRA RIBEIRO DA MAIA BANDEIRINHA**, pela carreira profissional desenvolvida e reconhecida pelos seus pares.-----

Nasceu a 22 de maio de 1968, em Chaves. Concluiu o Ensino Secundário em 1986, na Escola Secundária Fernão de Magalhães.-----

É licenciada em Biologia e Geologia (via ensino), concluída em 1991, na UTAD, com Pós-graduação em Administração Educacional, concluída em 2015, na UTAD.-----

Fez Estágio Pedagógico na Escola Secundária Morgado de Mateus com exercício de funções letivas na Escola Secundária Fernão de Magalhães (1 ano), na Escola Secundária do Pinhal Novo (1 ano) e no Externato Marista de Lisboa (3 anos). -----

Regressou a Chaves no ano letivo de 1996/1997, obtendo a colocação no quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Dr. António Granjo. Entre os anos letivos de 92/93 e 98/99 desempenhou os cargos de Diretora de Turma, Delegada de grupo, Orientadora de Estágio e Vice-presidente da Comissão Executiva Instaladora da ESAG.-----

Em maio de 1999, foi eleita Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Dr. António Granjo, mantendo-se nesta função até 2009, sendo então eleita Diretora da mesma Escola.-----

Em 2012, com a constituição do Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, foi nomeada Presidente da Comissão Administrativa Provisória do mesmo Agrupamento e eleita, Diretora para o quadriénio 2013/17, em julho de 2013.-----

Frequentou várias ações e cursos de formação, em âmbitos diversos.---

Participou, como oradora, em várias conferências e colóquios.-----

**SOCIEDADE AGROPECUÁRIA PINTOR & CARNEIRO, LDA.**, distinguindo-se no setor empresarial flaviense, pelo contributo para o desenvolvimento local e para o reforço e inovação do tecido económico do Município.

A Sociedade Agropecuária Pintor e Carneiro encontra-se localizada na freguesia de Oura, concelho de Chaves e nela trabalham a tempo inteiro os sócios gerentes Francisco Carneiro e Jaime Carneiro e respetivas famílias.-----

Em 1984 os atuais proprietários emigrados em Luzerne, na Suíça, a trabalhar em explorações de leite adquiriram alguma terra em Oura, onde tinham inicialmente três vacas. Durante algum tempo, deixaram a cargo da exploração um caseiro. Todos os anos que vinham a Portugal de férias adquiriam vacas (maioritariamente oriundas da Dinamarca e Noruega) que juntavam ao efetivo, assim como terras anexas à exploração.-----

Em 1990 já tinham entre as 50 a 60 vacas, mas com uma baixa eficiência produtiva, pelo que decidiram regressar definitivamente a Portugal e abraçar o projeto a tempo inteiro. Inicialmente foi apenas Francisco Carneiro e a esposa que geriam a exploração pecuária, período este que aproveitaram para adquirir novos conhecimentos e realizar formações na área da agricultura e tecnologia animal. -----

Em 2002, com o regresso a Portugal de Jaime Carneiro e esposa, nasce o que é hoje a Sociedade Pintor e Carneiro. Nesta altura a exploração apresentava um efetivo de 160 animais e optaram por investir na expansão do negócio e na melhoria das condições de bem-estar para os animais. Nesses primeiros anos decidiram importar animais de países como França, Dinamarca e Holanda o que permitiu melhorar o efetivo em



termos genéticos e com isso aumentar a eficiência produtiva. Para acompanhar este crescimento foram também aumentadas as instalações para os animais ao mesmo tempo que se adquiriam novas terras para produção das matérias primas de consumo para os animais. -----

Em 2010 foram incorporadas à exploração três lagoas de decantação com a função de tratamento dos efluentes e assim reduzir o impacto da pecuária no ecossistema envolvente. -----

Hoje a exploração pecuária apresenta um efetivo de aproximadamente 700 animais dos quais 400 são animais adultos que se encontram a produzir leite. Devido ao bom manejo reprodutivo e consequente reposição própria do efetivo, a exploração apresenta um crescimento anual de 10% o que já levou à aquisição de uma segunda exploração no concelho de Chaves onde se encontra parte da recria. Com este efetivo são atualmente produzidos 11.000 litros de leite por dia o que corresponde a aproximadamente 4 milhões de litros de leite por ano. -----

Em termos agrícolas a empresa possui 110 ha divididos em 29 parcelas, dos quais 50 ha foram adquiridos pelos sócios e os restantes 60 são alugados. Nesta área agrícola são produzidas cerca de 2500 toneladas de azevém (cultura de inverno) e 2500 toneladas de milho (cultura de verão) anualmente. Ambas as forragens produzidas são incorporadas por inteiro na alimentação animal da exploração, o que perfaz 60 % da alimentação necessária. -----

Embora o setor agropecuário venha a apresentar cada vez mais ferramentas tecnológicas com o intuito de diminuir os custos da mão de obra, a sociedade Pintor e Carneiro com o crescimento do efetivo, tem vindo a empregar cada vez mais funcionários e neste momento existem 5 funcionários com contrato a tempo inteiro além da mão de obra familiar de 4 pessoas. -----

Em termos futuros a empresa pretende melhorar a produtividade por animal. Para atingir este objetivo, vai investir na melhoria das instalações e aumentar a área disponível por animal bem como melhorar as rotinas de manejo por forma a ter animais de melhor qualidade, num melhor ambiente o que será traduzido certamente em mais leite por animal. -----

A missão desta empresa familiar passa por diminuir a pegada ecológica da produção de leite através da implementação de sistemas de produção mais eficientes e ecológicos valorizando o produto final que é o leite.

#### **MEDALHA DE MÉRITO - GRAU COBRE -----**

**KEVIN LUIZ PONTE PUCCI** - Pelo trabalho, dedicação e empenho desenvolvido em competições paralelas à formação escolar, as quais se destacam com excelentes prestações obtidas em competições nacionais e internacionais.-----

Kevin Pucci, natural de Chaves, tem 15 anos e é estudante na Escola Secundária Dr. Júlio Martins. Do seu curriculum de participações em competições académicas resultam lugares de grande destaque nomeadamente:-----

2013 - PMAT | 12º lugar-----  
 2014 - XXXII - Olimpíadas Portuguesas de Matemática | Medalha Bronze  
 2014 - XX Olimpíadas de Maio - Argentina | Medalha de Bronze - 4º lugar-----  
 2014 - XXXVIII Olimpíadas Paulista de Matemática | Medalha de Ouro  
 2015 - Canguru Matemático sem Fronteiras | 1º Lugar-----  
 2015 - PMAT | 3º Lugar-----  
 2015 - XXXIX Olimpíadas Paulista de Matemática | Medalha de Ouro--  
 2016 - PMAT | 6º lugar -----  
 2016 - Canguru Matemático sem Fronteiras | 1º lugar -----

2016 - Olímpia das Portuguesas de Física - Fase Regional | Medalha de Ouro-----

2016 - Olimpíadas Nacionais Física | Medalha Bronze-----

2016 - Encontro Regional Norte de Xadrez Escolar | Medalha de Bronze

2016 - 6º Olimpíadas Matemática da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP | Medalha de Ouro-----

2016 - XXII Olimpíada de Mayo | Menção Honor -----

2016 - XL Olimpíada Paulista de Matemática | Medalha de Ouro -----

2017 - XXXV Olimpíadas Portuguesa de Matemática | Medalha de Bronze

2017 - 29ªs Olimpíadas Nacionais de Informática | 4º lugar-----

2017 - PMAT | 8º lugar-----

2017 - Canguru Matemático sem Fronteiras | 3º lugar -----

2017 - VIII Torneio Interescolar de Xadrez Bragança | 1º lugar----

2017 - MX2017 Competência Ibero-Americana de Informática y Computación - México | Medalha Prata -----

2017 - 58TH International Mathematical Olympiad, Rio de Janeiro - Brasil | Medalha de Bronze-----

2017 - 29 th Internacional Olympiad in Informatics Tehran - Irão

2017 - XXXII Olimpíada Ibero-americana de Matemática, Puerto Iguazú - Argentina | Medalha de Prata-----

2018 - Olimpíadas Portuguesas de Matemática | Medalha de Ouro---

2018 - 30ªs Olimpíadas Nacionais de Informática | 1º lugar-----

2018 - Canguru Matemático sem Fronteiras | 2º lugar -----

2018 - MXI 2018 Competência Ibero-americano de Informática y Computación - México | Medalha de Ouro -----

2018 - European Union Science - Olympiad - EUSO | Medalha de Bronze

**MEDALHA DE DEDICAÇÃO - GRAU OURO**, aos funcionários da Câmara Municipal de Chaves, por terem atingido 25 anos completos de serviço efetivo, com competência e zelo:-----

ANA LÚCIA ALVES ESTEVES -----

ANTÓNIO MANUEL CANELAS DIEGUES -----

ANTÓNIO MANUEL COSTA RAMOS -----

ANTÓNIO PAULO MOURA -----

BERNARDINO CLARO AGAPITO -----

JOSÉ ALBERTO CONCEIÇÃO RIBEIRO -----

MARIA CLARA PEREIRA ANES AZEVEDO -----

MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA DA SILVA BARREIROS -----

Paços do Concelho de Chaves, 25 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Nuno Vaz) -----

**A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro.** -----

**Apuramento da Votação:** -----

Votos a Favor - 6 -----

Voto em Branco - 0 -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.3. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A OBRA DE INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE ÍNDOLE TURÍSTICA E CULTURAL. - REQUERENTE: CASTRUM**

**- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE CURALHA. DESPACHO Nº 51/GAP/2018. -----**

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Enquadramento -----**

Considerando que: -----

1. Através de requerimento, com o registo de entrada, nos serviços municipais nº 960/18, de 15/05/2018, veio a associação "Castrum - Associação de Desenvolvimento Local de Curalha", doravante designada por "Castrum", a solicitar, junto da Autarquia, a emissão de declaração de interesse público municipal, nos termos do disposto no nº4, do artigo 34º e do nº1, do artigo 57º, todos do regulamento do PDM, em vigor, no concelho de Chaves; -----

2. Considerando que tal pedido deve ter enquadramento, tendo por referência a intenção, da dita Associação, em materializar um empreendimento, de índole turística e cultural, no lugar do Castelo, Curalha, freguesia de Curalha, concelho de Chaves; -----

3. Considerando que, no âmbito do regulamento do Plano Diretor Municipal do concelho de Chaves, o prédio onde se pretende desenvolver, tal empreendimento, situa-se no lugar das terras do castelo, freguesia de Curalha, estando o terreno, parcialmente, integrado na "classe 1 - cidade de Chaves, categoria 1.3, outros aglomerados", e, ainda, na "classe 4.3 A, espaços agro-florestais comuns", e, bem assim, na área de proteção do Castro de Curalha, nos termos do disposto no artigo 63º, do regulamento do PDM de Chaves; -----

4. Considerando que, ao nível instrutório, o processo administrativo, em apreciação, mereceu a incorporação das seguintes informações técnicas, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, a saber: -----

a) Parecer de Arqueologia datado do dia 6 de junho de 2018; -----

b) Informação técnica nº 918/SCOU/2018 da DGOT, de 7 de junho de 2018; -----

5. Considerando quer o teor de tais informações técnicas apontam, inequivocamente, para a necessidade técnico-urbanística do projeto, em apreciação, em sede de controlo prévio municipal, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em vigor, doravante designado por "RJUE", ser instruído com a realização de uma prospeção arqueológica (Parecer de Arqueologia); -----

6. Considerando que tais prescrições urbanísticas e técnicas devem ser, obrigatoriamente, acauteladas, em sede de apreciação da correspondente operação urbanística a apresentar, sobre a matéria, de forma individual e concreta, por parte da Associação interessada, no âmbito do "RJUE"; -----

7. Considerando que, nos termos das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 34º e 57º, todos do PDM, em vigor, o aproveitamento do solo, em causa, e para a finalidade pretendida, partindo do seu enquadramento planificatório está dependente do reconhecimento de interesse público da iniciativa/empreendimento que lhe está subjacente; -----

8. Considerando que a motivação que dá suporte à petição apresentada, pela "Castrum", está consubstanciada na intenção de criação, no contexto histórico associado ao Castro de Curalha, de um espaço dedicado a atividades turísticas e culturais, das quais se destacam a realização de espetáculos teatrais galaico-romanos, feiras temáticas e eventos associados a tal temática; -----

9. Considerando que a natureza do projeto, em apreciação, sem prejuízo do mesmo dar cabal cumprimento a todas as prescrições

urbanísticas aplicáveis, no âmbito das operações urbanísticas de edificação que lhe irão dar, no futuro, o devido de suporte físico, deve ser reconhecida, pela Autarquia, de interesse público municipal, atendendo, sobretudo, ao impacto positivo inquestionável do projeto para a divulgação patrimonial e turística do concelho, com particular incidência, na freguesia de Curalha e do seu Castro; -----

## **II - Do Reconhecimento de Interesse Público Municipal -----**

Assim, em coerência das razões de facto e de direito, acima, evidenciadas, sem prejuízo do devido cumprimento, por parte da associação peticionária, de todas as regras urbanísticas, formais e substantivas, em vigor, sobre a matéria, no âmbito da aprovação das operações urbanísticas de edificação que irão dar tradução física ao projeto, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que adopte deliberação do sentido de: -----

**a)** Ser reconhecido o interesse público municipal do projeto, em apreciação, nos termos do disposto, nas disposições combinadas previstas no n.º4 do artigo 34º e n.º 1 do artigo 57º, todas do regulamento do PDM do Concelho de Chaves, em vigor, constituindo a sua, eventual, materialização, um factor importante para a dinamização do património cultural do Concelho, com todas as vantagens daí emergentes para a sua promoção turística e para a valorização do seu património histórico; -----

**b)** Tal reconhecimento quanto ao interesse público municipal do projeto, não pode, nem deve comprometer, seja a que título for, o cumprimento, por parte da "Castrum", de todas as regras urbanísticas, em vigor, no Concelho, matéria que será, devidamente, ponderada e apreciada, em sede de controlo prévio municipal das correspondentes operações urbanísticas que lhe estão associadas, nos termos do PDM, em vigor, e do "RJUE", nomeadamente, no que concerne ao parecer arqueológico, legalmente, exigível e, bem assim, ao cumprimento das demais condições legais indispensáveis à eventual aprovação administrativa de tais operações urbanísticas de edificação. -----

**c)** À consideração do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. ---  
Chaves, 19 de junho de 2018 -----

O Vereador Responsável -----  
Eng. Victor Santos -----

**Em anexo:** -----  
- O respetivo processo administrativo. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor do referido despacho. Notifique-se. -----

### **3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

### **4. FREGUESIAS**

## **II**

### **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:**

#### **1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: ANA PAULA LEAL DE OLIVEIRA. INF. 117/DAF/18. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **I - Preliminares -----**

1. Na sequência do requerimento subscrito por Ana Paula Leal de Oliveira, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 5070/18, datado do pretérito dia 07/05/2018, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização de pagamento em 5 prestações de uma dívida referente a consumos de água efetuados no local de consumo sito na Rua Maria do Carmo Carmona, 9 R/C 5400-380 Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. A dívida da requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 602.82€, desagregada da seguinte forma, a saber: -----

- 290,22€, referentes ao valor em dívida; -----
- 15.85€, referentes a juros de mora; -----
- 296,75€, referentes a custas processuais. -----

3. No pretérito dia 28/05/2018, a requerente juntou, ao processo, declaração de IRS referente ao ano de 2017, dando cumprimento ao solicitado pelo Município de Chaves, na sequência da Informação/proposta n.º 95/2018, produzida por estes serviços no dia 16/05/2018. -----

4. A declaração de rendimentos apresentada revela rendimentos baixos, justificadores da autorização do pagamento em prestações da dívida exequenda. -----

5. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

## **II - Enquadramento Legal** -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 290,22€, à qual acrescem 15.85€, referentes a juros de mora e 296,75€, referentes a custas processuais associadas ao processo de execução fiscal. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária não **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 5 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida exequenda, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, é possível o pagamento faseado do montante em dívida em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de 145,11€

## **III - Propostas** -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor unitário de 145,11€, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196º, do CPPT; -----

c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, **a requerente está dispensada de prestar garantia;** -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 15 de junho de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.06.15**-----

Visto. Concorro com a presente informação. À consideração superior. -

**DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.18**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.19**-----

À reunião de Câmara-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM VIATURA AUTOMÓVEL; - RUA RAINHA D. MAFALDA, CHAVES. - REQUERENTE: FÁBIO JOEL TEIXEIRA FERREIRA. INF. 118/DAF/18.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Antecedentes** -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 2218, datado do pretérito dia 13/03/2018, Fábio Joel Teixeira Ferreira veio solicitar a assunção de responsabilidade civil, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização pelos danos sofridos na sua viatura, no dia 11 de março de 2018, na Rua Rainha D. Mafalda, Chaves. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/04/05, a qual recaiu sobre a Informação n.º 38/UFRO/2018, produzida pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, no dia 21 de março de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente veio apresentar, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 3897, datado do pretérito dia 09/05/2018, um conjunto de argumentos na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Na sequência dos argumentos apresentados pelo peticionário, a Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais produziu a Informação n.º 60/UFRO/2018, documento no qual conclui o seguinte, a saber: -----

*"(...) Compulsados os elementos ora carreados para o processo, os mesmos não apresentam qualquer elemento novo justificador da alteração do sentido de decisão já adotado pelo executivo camarário traduzido na intenção de indeferimento de tal pretensão. -----*

*O aduzido, não é suscetível de justificar o acionamento de responsabilidade civil da autarquia, tudo nos termos da informação 38/UFRO/2018 de 2018/05/09, já produzida por estes serviços." -----*

6. Assim, atendendo às conclusões, diga-se, inequívocas, da retromencionada unidade flexível, julgamos, salvo melhor opinião, que a intenção de indeferimento manifestada pela Câmara Municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 9/12/2016, e consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pela peticionária, deverá assumir, agora, carater definitivo. -----

## **II - Propostas** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 38/UFRO/2018 e 60/UFRO/2018, ambas produzidas pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 15 de junho de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

**Em anexo:** O respetivo processo administrativo. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.06.15-----**

Visto. Concorde com a presente informação. À consideração superior. -  
**DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.18-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.19-----**

À reunião de Câmara-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: MANUEL JOAQUIM FONSECA MARTA. INF. 105/DAF/18. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Dos Factos -----**

1. Na sequência do requerimento subscrito por Manuel Joaquim Fonseca Marta, documento com o registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 4192/18, datado do pretérito dia 13/04/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, autorização, para o pagamento em prestações de uma dívida referente a faturas emitidas a título de consumos de água efetuados e que não foram pagas. -----

2. Neste sentido, o requerente invoca, em síntese, que não dispõe de condições financeiras que lhe permitam efetuar o pagamento do valor em dívida em prestações de € 102,00, solicitando desta forma, o pagamento do maior número de prestações admissíveis ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Concelho de Chaves. -----

3. No sentido de ver a sua pretensão deferida, o peticionário instruiu o seu requerimento inicial com a cópia do Comprovativo de Entrega da Declaração de IRS (Modelo 3), relativo ao Ano 2016 e a cópia do seu Cartão de Cidadão. -----

4. Sendo certo que a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, na presente data, à quantia exequenda de € 278,26, à qual acresce o valor de 216,59 a título de encargos e de juros o montante de € 7,45, cujo executado é Manuel Joaquim Fonseca Marta.<sup>1</sup> -----

5. Considerando que o requerente invoca a falta de condições económicas como fundamento de não poder efetuar o pagamento do valor mensal de € 102,00, o presente assunto foi encaminhado para a Divisão de Recursos Humanos, em vista ao enquadramento do mesmo à luz do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Concelho de Chaves. -----

6. Sendo certo que, após a receção do correspondente processo administrativo, os respetivos serviços - Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários - encetaram diligências para averiguar as prementes condições económico-sociais do executado, tendo

---

<sup>1</sup> Refira-se, que o valor inicial em dívida, desde a data da apresentação do requerimento, sofreu alterações, uma vez que, os serviços municipais extraíram novas certidões de dívida, em nome do requerente.

Assim sendo, vamos considerar a quantia atual da dívida em execução fiscal, que nesta data ascende o valor total de € 502.30. -----



para o efeito marcado entrevista presencial, conforme resulta do teor do ofício 603/DRH/SHSDPC/2018, de 20/04/2018. -----

7. Contudo, o peticionário não compareceu na data agendada para a referida entrevista presencial, o que tornou inviável a elaboração do competente processo de avaliação de carência económico-social em vista a legitimar, ou não, o pedido de pagamento em prestações da dívida em execução fiscal ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, o que levou ao indeferimento da referida pretensão por parte dos referidos serviços - Informação/Proposta nº91/SHSDPC N.º44-2018, produzida pela Divisão de Recursos Humanos /Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários -. -----

1. Considerando que, pelas razões anteriormente expostas, não foi possível concretizar o enquadramento do pedido do interessado no Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Concelho de Chaves, dado que tal enquadramento está dependente da verificação de especiais fragilidades na situação económico-social do requerente, a situação individual e concreta deverá ser analisada à luz do preceituado no Código do Procedimento e do Processo Tributário (CPPT). -----

## **II - Do Enquadramento Legal** -----

O regime regra do pagamento em prestações das dívidas tributárias após a instauração da execução fiscal decorre do disposto nos art.º 196.º e sgs, do Código de Procedimento e Processo Tributário (doravante, designado pela sigla, CPPT). -----

2. Dispõe o n.º1, do referido art.196.º, do CPPT, que as dívidas exigíveis em processo executivo podem ser pagas em prestações mensais e iguais, através de requerimento dirigido ao órgão de execução fiscal.

3. Sendo certo que no requerimento para o pagamento em prestações, o executado indicará a forma como se propõe a efetuar o pagamento e os fundamentos da proposta, conforme o disposto no n.º1, do art.198.º, do CPPT. -----

4. Ainda que o CPPT, admita a possibilidade do pagamento em prestações das dívidas em execução fiscal, a verdade é que o respetivo pagamento em prestações, deverá obedecer o disposto no n.º4, do art.196.º, do CPPT, ou seja, "O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização."<sup>2</sup> -----

5. Por outras palavras, diga-se, o pagamento em prestações das dívidas em execução fiscal poderá ser autorizado pelo órgão de execução fiscal, desde que sejam cumpridos os seguintes formalismos legais: --

- Quando o executado não pode liquidar a dívida de uma só vez; -----
- O número máximo de prestações admissível, é de 36 prestações; -----
- O valor de qualquer uma das prestações, não pode ser inferior a 1 unidade de conta (isto é, cada prestação não pode ser inferior a € 102.00). -----

6. Ora, atentos os elementos constantes no presente processo, verificamos que o requerente tem, de facto, valores em dívida perante este Município, a título de consumos de água efetuados e não pagos, encontrando-se na presente data o valor total de € 502,30, em fase de cobrança coerciva, - correspondendo € 278,26 à quantia exequenda, €

---

<sup>2</sup> O sublinhado é nosso. -----

216.59 a encargos, e € 7.45 de juros (este último valor passível de ser alterado até integral pagamento do montante em dívida). -----

7. Importa salientar que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do art.196.º, do referido diploma legal. -----

8. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPTT, na redação atual, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000.

9. Atenda-se, contudo, que estando dispensado de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do C.P.P.T.

10. Assim, aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 2 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

11. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artigo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. --

### **III - Conclusão** -----

Atendendo, aos elementos constantes no correspondente processo administrativo, a pretensão do requerente, consubstanciada no pedido de pagamento em prestações de dívidas de água em execução fiscal, embora não seja passível de acolhimento ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no concelho de Chaves, é passível de ser enquadrada no n.º4, do art.196.º, do C.P.P.T., podendo nesta justa medida, ser autorizado o pagamento do valor em dívida em 2 prestações mensais e sucessivas. -----

### **IV - Propostas** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo peticionário, com base nas razões anteriormente expostas e traduzida no faseamento do valor em dívida em prestações mensais com o valor unitário inferior a € 102 (cento e dois euros); -----

b) No cumprimento do disposto no art.121.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias úteis para permitir ao ora interessado vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão entretanto exarado;

c) Em simultâneo, informar o requerente da possibilidade do pagamento em 2 (duas) prestações mensais e sucessivas da dívida em execução fiscal, devendo para o efeito o peticionário formular o competente requerimento; -----

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 7 de junho de 2018.-----

A Técnica Superior -----  
 (Ana Tomaz)-----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.06.25**-----  
 Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----  
**DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25**-----  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.25**-----  
 À reunião de Câmara-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - . EXECUTADO: JOÃO AUGUSTO PEREIRA TEIXEIRA. INF. 123/DAF/18. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Dos Factos -----**

1. Na sequência do requerimento apresentado em nome de João Augusto Pereira Teixeira, com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 6275/18, datado do pretérito dia 06/06/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 6 prestações mensais de uma dívida relativa a faturas emitidas a título de consumos de água e que não foram pagas. -----

2. Para o efeito, o requerente invoca, em síntese, não dispor de condições económicas que lhe permitam efetuar o pagamento integral da dívida, instruindo a sua pretensão com uma Declaração da Segurança Social, no dia 04/06/2018 e em nome de João Augusto Pereira Teixeira, expressando a mesma o seguinte teor: "Não consta com registo de remunerações na segurança social". -----

3. Na verdade, a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, contra João Augusto Pereira Teixeira, ascendendo, nesta data, à quantia exequenda de € 277,80, à qual acrescem o valor monetário relativo aos encargos (€ 64.15) e aos juros (€ 18,03<sup>3</sup>). -----

**II - Do Enquadramento Legal -----**

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do art.196º, do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos

---

<sup>3</sup> O valor dos juros é passível de sofrer alterações até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente, com a prestação. -----

do disposto no n.º 5, do art. 196.º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a € 102 (cento e dois euros)**. -----

3. Refira-se, que a importância a dividir em prestações não compreende os encargos do processo executivo, nem os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a quantia de € 277,80, à qual acrescem os encargos processuais no valor de € 64,15 e os juros no valor de € 18,03 (este valor passível de sofrer alterações até integral pagamento da dívida). -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário **não reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 6 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

6. Contudo, será possível, atendendo ao montante da dívida exequenda, dividir a mesma em 2 prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor de € 138.90, ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta. -----

7. Atente-se, que ao valor de cada prestação fixada em € 138.90, acrescem os juros e a quantia de € 64.15, relativo ao valor das custas processuais do respetivo processo executivo (quantia a pagar na íntegra, conjuntamente, com a 1.ª prestação). -----

8. Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPPT, o requerente, enquanto pessoa singular, está dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a 5.000 €. -----

9. Atenda-se, contudo, que estando dispensado de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos, por força do disposto no n.º 4, do artigo 200.º, do CPPT. -----

10. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º 2, do art. 198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. ---

### **III - Propostas** -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em duas prestações mensais, iguais e sucessivas, no valor unitário de € 138.90, de acordo com o quadro legal aplicável; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende as custas processuais associadas ao processo de execução fiscal, nem os juros que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT;

c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPTT, o requerente está dispensado de prestar garantia; -----

d) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

Chaves, 19 de junho de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----

Ana Tomaz -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.06.25-----**

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.25-----**

À reunião de Câmara-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

#### ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

#### 1. APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR. INFORMAÇÃO Nº 101/SE Nº 58 - 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### I. JUSTIFICAÇÃO-----

1. Considerando que, por deliberação tomada em sede de reunião do órgão executivo municipal, realizada no pretérito dia 19 de abril de 2018, foi determinado o início do procedimento tendente à alteração do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior;-----

2. Considerando que, o Projeto de Alteração ao Regulamento supra identificado, nos termos e para os efeitos das disposições combinadas previstas no nº.1, do artigo 8º, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, no nº.1, do artigo 98º do CPA e do nº.1, do artigo 101º do CPA, foi submetido a discussão, por um período de 30 dias seguidos, promovendo-se a sua divulgação nos termos legais - publicado em Diário da República, no sítio institucional do Município e por meio de Edital;-----

3. Considerando que decorrido o prazo supramencionado, não foram colhidas nenhuma sugestões ou contribuições por parte da comunidade,

estando assim reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a sua ulterior aprovação definitiva por parte do executivo camarário;-----

4. Considerando que, de acordo com o disposto na alínea k), do n.º.1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos;-----

## **II - DA PROPOSTA-----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito atrás mencionadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de:-----

a) Aprovar a presente proposta de Alteração do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta;-----

b) Alcançado o desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Alteração do Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

c) Por último, que se proceda à publicação das alterações aprovadas e introduzidas no referido Regulamento, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo.-----

À consideração Superior.-----

Chaves: 19 de junho de 2018-----

A Técnica Superior-----

Zuleika Alves-----

**Em anexo: - Projeto de Alteração do Regulamento do programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo-----**

- Informação n.º.53/SE n.º.31 - 2018, de 28 de março-----

- Informação/proposta n.º.77/2018, de 6 de abril-----

- Edital n.º.45/2018, de 18 de maio-----

- Publicação no D.R., 2ª. Série - n.º. 95, de 17 de maio de 2018-----

## **PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR-----**

### **NOTA JUSTIFICATIVA-----**

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves, foi aprovado, sob proposta n.º 95/GAP/2006, na reunião de Câmara do dia 20 de novembro de 2006 e posteriormente sancionado pela Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2006.-----

No ano letivo 2007/2008 começou a operacionalização do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, e durante os anos letivos de aplicação do aludido programa foram suscitadas algumas questões, as quais viriam a ser objeto de análise,

conforme informações n.º219/DED de 29 de maio de 2008, n.º 45/DED de 17 de março de 2010, n.º 167/SE n.º63 de 5 de setembro de 2012 e n.º. 33/SE n.º.22 de 9 de março de 2017, tendo as mesmas dado origem a diversas alterações ao Regulamento, em causa, devidamente aprovadas em reunião de Câmara e sancionadas pelo órgão deliberativo municipal. Após este período de monitorização e dada a complexidade que o processo contempla, com situações díspares apresentadas pelos candidatos, algumas delas socialmente capazes de serem contempladas em matéria de apoio neste projeto, mas que não estão convertíveis em sede do regulamento em vigor, regista-se, na presente data, um desajustamento entre as soluções consagradas em tal instrumento regulamentar e a realidade atual, carecendo, nesta justa medida, de uma revisão. Tem-se verificado uma diminuição do número de bolseiros nos últimos 4 anos, quantificando, tornando-se premente a necessidade de apoio a situações desfavorecidas economicamente e com médias mais baixas de ingresso. Tanto mais que, as limitações financeiras são, durante o secundário, também motivo de maior dificuldade por menor acompanhamento ao percurso escolar por parte das famílias, aos estudantes.-----

Tanto mais que, entendido como um processo dinâmico, o Regulamento, em causa, deve acompanhar a evolução dos tempos e adaptar-se às novas vicissitudes do quotidiano. -----

Assim, face ao exposto, afigura-se como necessário alterar o regulamento atualmente em vigor, por forma a torna-lo mais completo e mais adequado, considerando, para o efeito, situações especiais que foram surgindo ao longo dos anos de aplicação do programa em causa, de modo a que o mesmo possa responder, de forma eficaz, aos objetivos para que foi criado.-----

Sendo certo que, com a execução do programa de atribuição de bolsas, previsto no presente regulamento, prevê-se um custo anual manifestamente proporcional aos benefícios associados a tal programa. Neste contexto, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nos artigos 78º e 79º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas d) e h), do n.º 2, do artigo 23º, nas alíneas h) e k), do n.º 1, do art. 33º, e na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, a assembleia Municipal, em sua sessão ordinária do dia 19 de abril de 2018, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, em vigor no Concelho de Chaves.-----

Artigo 1.º-----

Âmbito-----

1. O presente Regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Chaves, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo devidamente homologados.-----

2. Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos aos quais seja conferido o grau académico de licenciatura ou bacharelato, designadamente: -----

a) Universidades;-----

b) Institutos Politécnicos; -----

c) Institutos Superiores; -----

d) Escolas Superiores. -----

Artigo 2.º-----

Finalidade-----

A atribuição de bolsas de estudo por parte da Câmara Municipal de Chaves tem por finalidade: -----

a) Apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes com aproveitamento escolar que, por falta de condições, se veem impossibilitados de o fazer;-----

b) Colaborar na formação de quadros técnicos superiores, residentes no concelho de Chaves, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----

### Artigo 3.º-----

#### Bolsa de estudo-----

1. Bolsa de estudo é uma prestação pecuniária, destinada à comparticipação dos encargos inerentes à frequência do ensino superior por estudantes economicamente carenciados do Concelho de Chaves, num ano letivo -----

2. O número de bolsas de estudo a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves em cada ano escolar, encontra-se dependente do valor máximo cabimentado no orçamento anual do Município de Chaves, sendo que o número máximo de candidatos não poderá ser superior a 40.-----

3. O número de vagas referido no ponto anterior distribui-se da seguinte forma: 25 vagas para alunos que frequentem instituições de ensino superior fora do concelho de chaves e 15 vagas para alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior no concelho.-----

4. O valor mensal máximo de cada bolsa de estudo é de €200, no caso do candidato não auferir de mais nenhum tipo de Bolsa.-----

5. Caso o candidato usufrua de algum tipo de Bolsa de estudo de outra Instituição, a mesma poderá ser acumulável com a da Câmara Municipal, sendo que o valor final nunca ultrapasse os €200.-----

6. O início da bolsa de estudo coincidirá com o mês de início das aulas.-----

7. As bolsas de estudo têm uma duração máxima de 10 meses, correspondente ao ano escolar. -----

8. A bolsa de estudo é paga em prestações mensais.-----

### Artigo 4.º-----

#### Condições de Candidatura-----

Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Serem residentes no Concelho de Chaves há pelo menos 5 anos; -----

b) Terem ingressado no ensino superior com média igual ou superior a 12 valores; -----

c) Não serem detentores de licenciatura ou bacharelato; -----

d) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior, tal como definido no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento, caso tenham estado matriculados no ensino superior no ano letivo anterior àquele para que requerem a bolsa; -----

e) Não possuírem, por si só, ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita superior ao Indexante dos Apoios Sociais, futuramente designado por IAS;-----

f) O valor dos bens patrimoniais não poderá ser superior a €100.000 (cem mil euros).-----

### Artigo 5.º-----

#### Apresentação da Candidatura-----

1. Tem legitimidade para se candidatar: -----

a) O estudante, quando for maior de idade; -----

b) O encarregado de educação, quando o estudante for menor. -----

2. A candidatura far-se-á no site do Município de Chaves ([www.chaves.pt](http://www.chaves.pt)), onde os interessados deverão preencher o boletim de candidatura disponibilizado e anexar todos os documentos exigidos.---

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos exigidos para a efetivação da candidatura online são:-----



- a) Atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia da área da sua residência, que comprove a mesma em pelo menos 5 anos;-----
- b) Documento comprovativo da titularidade do curso do ensino secundário -----
- c) Ficha ENES passada pelo estabelecimento de ensino secundário que o candidato frequentou, onde conste a média de candidatura ao ensino superior-----
- d) Certificado de matrícula no ensino superior com especificação do curso; -----
- e) Declaração do estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, comprovando o aproveitamento escolar -----
- f) Fotocópia da última declaração de I.R.S. e nota de liquidação (Modelo 3), referente a todos os elementos do agregado familiar; ----
- g) Declaração de bens patrimoniais do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência; -----
- h) Declaração de viaturas de cada elemento do agregado familiar passada pela Repartição de Finanças da sua área de residência;-----
- i) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda, aquisição ou construção).-----

4. A candidatura online só ficará devidamente validada, após a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade, por parte do requerente, junto dos serviços municipais responsáveis, em vista à respetiva conferência, salvo se o requerente optar por enviar, no momento da candidatura, cópia de tal documento.-----

5. Para os efeitos previstos no número anterior, os serviços municipais responsáveis comunicarão, ao requerente, o dia e a hora em que deverá efetuar a apresentação do cartão de cidadão/bilhete de identidade.---

Artigo 6.º-----

1. Divulgação e prazo de apresentação da candidatura-----

A Câmara Municipal de Chaves publicitará, no site oficial do município e num jornal local, para cada ano escolar, a data da apresentação das candidaturas online. -----

Artigo 7.º-----

Conceito de Aproveitamento Escolar-----

1. Para efeitos do presente Regulamento, considera-se que o aluno obteve aproveitamento escolar num ano letivo, quando reúne todos os requisitos que lhe permitam a matrícula e a frequência no ano seguinte do curso, de acordo com as normas em vigor no respetivo estabelecimento de ensino que frequenta. -----

2. Os estudantes que não obtenham aproveitamento escolar perderão o direito à bolsa de estudo, exceto por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada especialmente grave, desde que devidamente comprovada e participada, em tempo oportuno, à Câmara Municipal de Chaves. -----

3. As exceções referidas no número anterior serão apreciadas caso a caso, cabendo à Câmara Municipal de Chaves decidir sobre a manutenção, ou não, da bolsa de estudo. -----

4. Poderão candidatar-se à bolsa de estudo, os estudantes que mudem de curso, não podendo contudo esta ser atribuída por um período superior ao da duração do curso em que inicialmente ingressaram ou até ao limite máximo de 6 anos. -----

5. Os candidatos que já tenham sido contemplados com uma Bolsa de Estudo, municipal ou outra, e que tenham perdido o direito por falta de aproveitamento escolar, não poderão candidatar-se a nova bolsa.

Artigo 8.º-----

Conceito de agregado familiar do estudante-----

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por agregado familiar do estudante o conjunto de pessoas constituído pelo estudante e pelos que com ele vivem habitualmente em comunhão de habitação e rendimentos numa das seguintes modalidades:-----

a) Agregado familiar de origem - o estudante e o conjunto de ascendentes, pais ou encarregados de educação e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos; -----

b) Agregado familiar constituído - o estudante e o cônjuge, descendentes e demais parentes que vivam em comunhão de habitação e rendimentos. -----

2. Podem ainda ser considerados como constituindo um agregado familiar unipessoal, os estudantes com residência habitual fora do seu agregado familiar de origem que, comprovadamente, disponham de rendimentos de bens próprios ou de trabalho bastantes para a sua sobrevivência, ainda que insuficientes para custear os seus estudos.-----

Artigo 9.º-----

Fórmulas de Cálculo-----

1. O cálculo do Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar obedece à seguinte fórmula, e cujos valores constem da(s) declaração(ões) de IRS e outros documentos comprovativos de rendimentos auferidos por todos os membros do agregado:-----

$$C = \frac{R - (I + H + S)}{12N}$$

sendo que: -----

C = Rendimento mensal *per capita*-----

R = Rendimento anual bruto apurado do agregado familiar-----

I = Impostos e Contribuições-----

H = Encargos anuais com juros de dívida de aquisição de habitação----

S = Encargos com a saúde, até ao limite fixado por despacho do Ministerial-----

N = número de elementos do agregado familiar-----

2. A ordenação dos candidatos será feita de acordo com a fórmula seguinte, do valor mais baixo para o valor mais elevado:-----

$$OC = (C \times 0.5) + (M \times 0.5)$$

Sendo que:-----

OC = Ordenação do Candidato (do valor mais baixo para o mais elevado)

C = Rendimento mensal *per capita* do agregado familiar-----

M = média de ingresso no Ensino Superior-----

3. A bolsa mensal a atribuir a cada estudante em regime de tempo integral é a resultante da seguinte expressão:-----

$$BF = €200 - \text{Valor da bolsa atribuída pela DGES}$$

Sendo que:-----

BF = Bolsa mensal a atribuir pelo Município de Chaves ao estudante --

DGES = Direção Geral de Ensino Superior-----

Artigo 10º-----

Regras sobre comunicações e notificações-----

1. As comunicações e notificações são efetuadas por via eletrónica, para o endereço indicado pelo estudante no boletim de candidatura.---

2. As notificações efetuadas ao abrigo do presente número consideram-se feitas na data da expedição, servindo de prova a mensagem eletrónica com recibo de entrega da mesma, o qual será junto ao processo administrativo.-----

3. os candidatos devem comunicar qualquer alteração ao endereço eletrónico e moradas indicadas, sob pena, de em caso de incumprimento, a notificação se considerar efetuada para todos os efeitos legais.--

Artigo 11º-----

Situações de exclusão-----

Serão excluídos os candidatos que: -----

- a) Não preencham as condições estabelecidas no art. 4º do presente Regulamento;-----
- b) Não entreguem os documentos exigidos no número 3 do artigo 5º; --
- c) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido;--
- d) Não tenham transitado de ano; -----
- e) Não tenham obtido aproveitamento escolar no ano letivo anterior, nos casos dos candidatos que mudaram de curso; -----
- f) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações, ou devido à incoerência entre os documentos apresentados e os sinais exteriores de riqueza;-----
- g) Possuam já habilitação ou curso equivalente ao que pretendem frequentar; -----
- h) Prestem falsas declarações, tanto por inexatidão como por omissão, no processo de candidatura.-----

Artigo 12º-----

Ordenação dos candidatos-----

A ordenação dos candidatos na elaboração da lista provisória e definitiva, será feita de acordo com a fórmula do número 2, do artigo 9º, pela ordem do valor mais baixo para o valor mais elevado, sendo que o valor mais baixo corresponde ao primeiro lugar.-----

Artigo 13º-----

2. Lista Provisória e Lista definitiva-----

- 1. Analisadas as candidaturas e feita a seleção dos candidatos a bolseiros será elaborada uma lista provisória que será enviada aos candidatos por correio eletrónico.-----
- 2. No prazo de 10 dias a contar da data da comunicação, de acordo com o número 2 do artigo 10º, ponto 2, poderá qualquer concorrente reclamar da mesma, por escrito, através de correio eletrónico-----
- 3. Findo o período de reclamação, será elaborada a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação.-----
- 4. A lista definitiva dos beneficiários da bolsa de estudo será comunicada via correio eletrónico e publicada no site oficial do Município de Chaves. -----

Artigo 14º-----

Deveres dos Bolseiros-----

São deveres dos bolseiros:-----

- a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Chaves, no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo; -----
- b) Participar, num prazo de trinta dias, à Câmara Municipal de Chaves todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativas à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso, que possam influir na continuação da atribuição da bolsa de estudo; -----
- c) Usar de boa fé em todas as declarações que prestar.-----

Artigo 15º-----

Direitos dos bolseiros-----

São direitos dos bolseiros:-----

- a) Receber integralmente e dentro dos prazos estipulados as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais; -----
- b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento.---

Artigo 16º-----

Renovação da bolsa de estudo-----

A bolsa de estudo será atribuída progressivamente nos anos de formação subsequentes aos alunos já contemplados com a mesma, desde que:-----

- a) Possuam os requisitos exigidos nas alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 4.º deste Regulamento;-----
- b) Façam prova de matrícula no ano subsequente;-----
- c) A renovação deve ser requerida anualmente nas condições definidas no número 2, do artigo 5.º e artigo 6.º do presente Regulamento.-----

#### Artigo 17º-----

##### Cessação da bolsa de estudo-----

1. Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo: -----

- a) A prestação, por omissão ou inexatidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Chaves pelo candidato ou seu representante; -----
- b) Alteração favorável da situação económica do candidato ou do seu agregado familiar; -----
- c) A desistência de frequência do curso, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, nomeadamente doença prolongada; -----
- d) A reprovação/falta de aproveitamento no ano letivo anterior ao da candidatura;-----

e) Mudança de residência para outro concelho; -----

f) Não comunicar a aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição para o mesmo ano letivo; -----

g) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14º. -----

2. Nos casos previstos no número anterior, a Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de exigir do bolseiro ou daqueles de quem este estiver a cargo, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adotar os procedimentos julgados adequados. -----

#### Artigo 18.º-----

##### Situações especiais não previstas-----

1. A unidade orgânica responsável pela análise dos pedidos de candidatura a bolseiros - Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - pode, durante o processo de seleção, considerar situações especiais não previstas no presente Regulamento. -----

2. As situações económicas especialmente graves não enquadráveis no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo, poderão ser objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal. -----

#### Artigo 19º-----

##### Disposições finais-----

1. A Câmara Municipal de Chaves reserva-se o direito de solicitar aos estabelecimentos de ensino informações relativas aos alunos bolseiros ou candidatos a bolsa de estudo. -----

2. O estudante só tem direito a requerer bolsa de estudo durante o número de anos previstos para o curso que frequenta. -----

3. A Câmara Municipal comunicará às Instituições de Ensino Superior que os candidatos frequentam, a pretensão de uma bolsa de estudo e posteriormente o valor que será atribuído.-----

4. As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara Municipal.-----

#### Artigo 20º-----

##### Entrada em vigor-----

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicação em Diário da República. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.06.19. -----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. ----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.21-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.22**-----

À reunião de Câmara-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO Nº105/SHSDPC N.º50/2018**-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.06.18.** -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado -----

**DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.21**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.06.21**-----

À reunião de Câmara-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **IV**

#### **PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**

### **V**

#### **PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:**

#### **1- PLANEAMENTO**

#### **2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

#### **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

##### **3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. ---  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
 -----

### 3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----  
-----

### 3.3. JUNCTÃO DE ELEMENTOS - INFORMAÇÃO Nº147/DSCH/18 - TÉCNICO: SOFIA TENREIRO COSTA GOMES, ARQ. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### 1. INTRODUÇÃO-----

**1.1** Através do requerimento n.º 884/18, referente ao processo n.º 535/17, a Sr.ª HELENA FERNANDA TEIXEIRA MORAIS DO NASCIMENTO JARDIM, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações/ampliação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação de um edifício de habitação coletiva e comércio e/ou serviços, situado na Rua Direita n.º 156, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

**1.2** De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total do terreno de 160.00 m2, composição de rés-do-chão e mais três andares, está inscrito na matriz urbana com o n.º 1915 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3748/20110629, da freguesia de Santa Maria Maior. -----

#### 2. ANTECEDENTES -----

**2.1** Licença Inicial de Obras n.º 12/56 para r/c, 1º e 2º piso, alterada pela Licença de Obras n.º 73/85 para a construção de uma dispensa no interior do edifício, com área total de 480,00m2; -----

**2.2** Licença n.º 467/59, para a instalação da Agência de Viagens e Licença n.º 25/02 para a instalação do Café Bar "Brasília". -----

#### 3. SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR -----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;
- Caderneta Predial Urbana do Serviço de Finanças referente ao prédio abrangido; -----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; --

- Memória descritiva e justificativa (**Arq. Manuel Pedro Branco Teixeira**); -----

- Estimativa do custo total da obra (**4.200,00€**); -----

- Calendarização da execução da obra (**8 semanas**); -----

- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;

- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional; -----

- Declaração do topógrafo; -----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; --
- Quadro de áreas; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 500; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
- Fotografias; -----
- Desenho de alterações; -----
- Ficha de elementos estatísticos; -----
- Projeto de estabilidade; -----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;
- Projeto de águas pluviais; -----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico; -
- Termo de responsabilidade do projeto acústico; -----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio; -----
- Solicitação de isenção de gás; -----
- Fatura da água; -----
- Fatura telefone; -----
- Fatura da luz; -----

#### **4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

##### **4.1 NO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO -----**

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de construção e ampliação. -----

##### **4.2 NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

**4.2.1** De acordo com extrato da planta de ordenamento nº 34A do Plano Diretor Municipal (PDM), o prédio em análise encontra-se em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - Cidade de Chaves; -

**4.2.2** Pela análise do processo, segundo a sua localização, o imóvel está integrado na área de proteção constante do anexo n.º 3, disposto no ponto n.º 1 do artigo 64.º do Regulamento do PDM o terreno objeto do pedido encontra-se inserido na área de proteção prevista no ponto 3 do mesmo artigo; -----

**4.2.3** Encontra-se na Servidão administrativa da "Zona de proteção ao Castelo de Chaves, incluindo os restos de muralhas militares existentes na cidade e os Fortes de São Neutel e São Francisco", M.N., Decreto n.º 28536 de 22 de março de 1938; -----

##### **4.3 PARECERES EXTERNOS -----**

Nos termos do descrito no artigo 13.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, em articulação com a servidão administrativa por Decreto n.º 28536 de 22 de Março de 1938, foi solicitado parecer à Direção Regional de Cultura do Norte - DRCN, que emitiu parecer **favorável condicionado**, à informação técnica, informação n.º S-2017/439253 (C.S:1210132) DRCN-DSBC/2015/17-03/1002/POP/73750 (C.S: 163730). -----

##### **4.5 NOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS -----**

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação n.º 732/2015, de 22 de outubro de 2015.

#### **5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----**

**5.1** A requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação no vão do sótão de um edifício licenciado em 1956, com a área bruta

de construção existente de 480,00 m2. As alterações propostas, preconizam um aumento de área no aproveitamento do vão da cobertura para uma habitação de 115,00 m2, perfazendo num total a proposta uma área bruta de 595,00 m2. -----

**5.2** Para além da legalização das obras executadas sem controlo prévio é proposta uma intervenção por forma a melhorar as condições de habitabilidade, valorizando o edifício com melhorias estéticas, funcionais e do seu isolamento térmico/acústico. Esta intervenção é concretamente ao nível das coberturas, com a sua remodelação para habitação e o encerramento da passagem dentro de dois espaços ao nível do piso 1 e piso 2, conforme peças desenhadas. -----

**5.3** Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017/11/09, da qual resultou o Auto de Vistoria n.º 158, que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

**5.4** Pretende-se também alterar o uso ao nível do piso 1, de habitação, para habitação e/ou serviços. -----

**5.5** Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de que as obras de correção e adaptação a levar a efeito no edifício, integram-se no perfil urbano em que se insere e cumprem o REGEU. É apresentada uma calendarização dos trabalhos adequada às obras a levar a efeito. ----

**5.6** De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 19.º do Plano Diretor Municipal (PDM), a edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio. -----

**5.7** Assim, tendo-se constatado tratar-se de um edifício integrado na malha urbana do centro histórico da cidade de Chaves consolidado, que não tem alteração quanto altura de cércea ( $9,50\text{m} \leq 20,00\text{m}$  - cércea máxima para a categoria 1.1 da cidade de Chaves) do edifício e tendo resultado da vistoria que a intervenção se integra com harmonia na frente urbana definida pelo conjunto de fachadas dos edifícios confinantes, é possível concluir que, o projeto em apreciação pode ser enquadrado na alínea a) do n.º 2, do art.º 19.º e art. 26.º do PDM. -

**5.8** O imóvel destina-se a habitação, comércio e/ou serviços, possui 4 pisos. A legalização pretendida altera a área bruta de construção e o volume, no entanto não altera a cércea pois a habitação fica no desvão do telhado e é criada uma varanda/terraço a toda a frente para o arruamento com uma largura média de 1,10m, por essa razão é que a volumetria do edifício tem uma pequena redução. -----

**5.9** Propõe-se pequenas alterações no piso 1 e piso 2 ao nível, que alteram as tipologias das habitações/serviços, nos respetivos pisos, sem aumento de área. -----

**5.10** No que concerne à acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, referente ao regime de acessibilidades disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, proponho a aplicação do regime excecional previsto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2014 de 8 de abril, alterada pelo D.L. n.º 194/2015 de 14 de setembro, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional, sendo este o caso. -----

## **6. RESPONSABILIDADE** -----

O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor



do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados; -----

## **7. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----**

**7.1** De acordo com o n.º 4 do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, de 31/03/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 179,40 euros. -----

**7.2** As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 549,25 euros. -----

**7.3** O valor total das taxas a liquidar é assim de 728,65 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I a esta informação. -----

## **8. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----**

**8.1** Considerando, que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que as obras propostas visam conferir à habitação, melhorias estéticas e funcionais. -----

**8.2** Considerando, que a habitação está inserida no património edificado do centro histórico de Chaves, e que a intervenção se enquadra nas regras estéticas da salvaguarda do património, no meio em que se insere. -----

**8.3** Considerando que as obras a legalizar e propostas respeitam o artigo 19.º e 64.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.

**8.4** Considerando que o uso pretendido para a fração do imóvel, destinado a habitação, se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista; -----

**8.5** Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a lajeado de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos. -----

**8.6** Considerando, que da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício principal e anexo, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação e alteração. -----

**8.7** Considerando, que é apresentada uma calendarização de trabalhos por 2 meses (8 semanas) e os projetos de especialidades, necessários para levar a efeito as obras capazes de criar condições de habitabilidade na habitação em apreciação. -----

**8.8** Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer incumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de serem propostas as obras referidas no ponto 5.2 da presente informação. -----

**8.9** Considerando, que há obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º 4 do artigo 73.º-C do RMUE. -----

## **9. PROPOSTA DE DECISÃO -----**

**9.1** Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: --

**a)** Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se

assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

**b)** Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas. -----

**c)** Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção e face as obras de correção a levar a efeito, deverá o interessado, no prazo máximo de 90 dias solicitar a emissão do alvará de licença especial de legalização, e apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, designadamente: -----

- Apólice de seguro de construção; -----
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro; -----
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra; -----
- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----
- Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----
- Plano de segurança e saúde; -----

**9.2** Mais se informa que após a realização das obras em conformidade com o n.º 10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, o requerente deverá requerer num prazo de **30 dias** úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 12/06/2018.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 20.06.2018.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 21.06.2018.**-----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.4. DESTAQUE DE PARCELA DE PRÉDIO RÚSTICO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 429/18 - PAULO FERNANDO RODRIGUES BARROS - LUGAR DE PEDRA COSTA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 18.06.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I- Pretensão**-----

O Sr. Paulo Fernando Rodrigues Barros, na qualidade de comproprietário, vem através do requerimento n.º 1177/18, referente ao processo n.º 429/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 21/19850829 e inscrita na matriz com o n.º 1227, situada em Lugar de Pedra Costa- Samaiões, União das Freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.-----

## **II- Localização-----**

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar de Pedra Costa- Samaiões, União das Freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.-----

## **III - Saneamento e apreciação liminar-----**

O projeto apresentado sob requerimento n.º 1177/18 refere-se a uma certidão de destaque, apresentando para o efeito o projeto com os elementos constantes no artigo 19.º do RMUE:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----
- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização;-----

## **IV-ENQUADRAMENTO URBANISTICO DO PEDIDO-----**

### **4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----**

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 429/18 - a parcela de terreno objecto de destaque - terreno com área de 68 831,85 m2 - situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em dois espaços distintos: -----

**4.1.1-** Parte do terreno que confronta com a via publica, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados.

**4.1.2-** A maior parte de terreno na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas, 4.2.A -Espaços Agrícolas defendidos.-----

**4.1.3-** A restante parte de terreno na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3 - Espaços Agro- Florestais e Subcategoria 4.3.A -Espaços Agro- Florestais Comuns.-----

### **4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O processo n.º 429/18 enquadra-se no preceituado no n.º 10 do artigo 6 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), devendo observar, o disposto nos n.ºs 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.-----

### **4.3- Regulamentos Municipais-----**

O processo n.º 429/18, enquadra-se no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

## **V - Responsabilidade-----**

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE. ----

## **VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----**

O requerente através do requerimento n.º 1177/18, apresenta pedido para emissão de certidão de destaque em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 6 do RJUE, estando o processo instruído de acordo com o preceituado no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.-----

Da análise do pedido apresentado constata-se que:-----

5.1 - A Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, refere prédio urbano com a área total de 68 831,85 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 1227 e descrito na conservatória sob o n.º 21/19850829 da União das Freguesias da Madalena e Samaiões;-----

5.2 - A área da parcela a destacar é de 4 650,00 m<sup>2</sup> e está inserida na classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - outros aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

5.3- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 64 181,85 m<sup>2</sup>, está inserida nos dois espaços atrás referidos, designadamente, classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas, 4.2.A -Espaços Agrícolas defendidos e na Categoria 4.3 - Espaços Agro- Florestais e Subcategoria 4.3.A -Espaços Agro- Florestais Comuns, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;-----

5.4- Para a parcela a destacar estima-se, uma área bruta de construção de 140,00 m<sup>2</sup> (habitação +anexos);-----

5.5- Informa-se ainda que o índice de construção máximo admissível para o terreno que se encontra na categoria 1.3 - outros aglomerados é  $I_c = 0,8 \text{ m}^2/\text{m}^2$ , conforme o disposto -----

Considerando que o pedido formulado cumpre os requisitos constantes no n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-----

Considerando que face ao relatório e plantas apenas ao processo, a Parcela a destacar é de 4 650,00 m<sup>2</sup>, se encontra dentro do perímetro de construção;-----

#### **VII - Proposta de Decisão-----**

Pelo exposto, e dado que a decisão deverá ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, para a emissão da competente decisão administrativa de propor o deferimento da emissão de certidão de destaque conforme o requerido pelo proponente, através do requerimento n.º 1177/18.-----  
À Consideração Superior.-----

#### **DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.06.2018:-----**

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados nos n.os 4 e 10, do Artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

#### **DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

#### **DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **3.5. DESTAQUE DE PARCELA DE PRÉDIO URBANO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 408/18 - ANTÓNIO MIRANDA CHAVES - RUA PRINCIPAL, OUTEIRO**

**JUSÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 12.06.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Pretensão-----**

Vem o Sr. António Miranda Chaves através de requerimento n.º 1108/18, referente ao processo n.º 408/18, solicitar a emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, de um prédio urbano descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1188/20080402 e inscrita na matriz com o n.º 547, situada na rua principal, Outeiro Jusão, União de freguesias de Madalena e Samaiões.-----

O prédio objeto de parecer localiza-se no Lugar de Terreiro do Monte, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1188/20080402 contempla:-----

Prédio rustico situado em terreiro do Monte, com a área total de 1200m2 confronta a norte com caminho publico. A este prédio foi desanexado o prédio n.º1191/20080530, tendo na referida data da sua inscrição associado o ónus de não fracionamento pelo prazo de 10 anos.-----

**2. Enquadramento urbanístico do pedido-----**

**2.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----**

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 408/18 - todo o terreno acima identificado situa-se em aglomerado urbano U3 de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) numa área de 1200m2.

**2.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido ora formulado tem enquadramento legal no n.º 4 do artigo 6 do DL n.º 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), realçando-se no caso vertente o cumprimento do ponto 6 do mesmo articulado dado que foi ultrapassado o prazo de 10 anos do ónus de não fracionamento descrito na certidão da conservatória com início a 2008/05/08.-----

As operações de destaque têm ainda enquadramento no disposto no n.º 2 do art.º 6 do Regulamento municipal de urbanização e edificação para o concelho de Chaves. (RMUE), estando isentos de licença desde que cumpram os requisitos constantes nos n.º 4 a 10 do artigo 6 do RJUE.-

**3. Analise processual -----**

Por análise de elementos apresentados verifica-se que:-----

- Todo o prédio urbano acima identificado com uma área de 1200m2 se situa em aglomerado urbano e confrontante no seu todo com caminho publico.-----

- Que a parcela que se pretende destacar (com a área de 600m2) e a parcela restante -prédio mãe passará a ter uma área de 600m2.-----

- Que ambas as parcelas resultantes da operação em causa confrontam com caminho público.-----

- Que o ónus de não fracionamento que recaia sobre o prédio mãe se encontra extinto.-----

**4. Proposta de decisão -----**

Pelo supra citado pode-se constatar que se encontram reunidos os requisitos constantes no disposto no ponto 4 e ponto 6 do artigo 6º do RJUE.-----

Pelo exposto, julgo salvo melhor opinião emitir parecer favorável à emissão de certidão de destaque solicitada, no entanto deverá o assunto ser agendado para a próxima reunião de Camara que melhor deliberará.- À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15.06.2018:**-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que se mostram cumpridos os requisitos legais estipulados nos n.os 4 e 10, do Artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.**-----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.6. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 267/18 - NATÁLIA DA CRUZ AZEVEDO - RUA DO BECO DOS AREGOS, N.º 4, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 19.06.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Antecedentes**-----

A Sr.ª Natália da Cruz Azevedo possui alvará de licença de obras de reconstrução da habitação -L.O. n.º523/80 com área de construção de 246,00 m2, composta por r/c e andar, sita no Beco dos Aregos- Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

**II - Pretensão**-----

1.1- A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de duas habitações, composta por r/c e andar com área bruta de construção de 237,80 m2 e anexos com 53,00 m2, sita no Beco dos Aregos- Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior.-----

1.2- A edificação localiza-se no Beco dos Aregos- Aregos, Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

**III - Saneamento e apreciação liminar**-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 750/18 e 883/18 refere-se a uma legalização de uma edificação composta por 2 pisos e 2 anexos de 1 piso, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

**IV- Enquadramento Urbanístico**-----

**4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável**-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 267/18

- o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis ena Subcategoria

1.1- Cidade de Chaves.-----

**4.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.**-----

**4.3- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação**-----

O processo n.º 267/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE). -----

**4.4- Regulamentos Municipais**-----

O processo n.º 267/18, enquadra-se no disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

**V - Responsabilidade**-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º5 artigo 73.º-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

**VI - Caracterização e Análise da Pretensão**-----

O requerente através do requerimento n.º 750/18, apresenta pedido de legalização de duas habitações e dois anexos.-----

Faz parte de processo a certidão das Finanças, e certidão de registo predial, registo n.º 3969/20161031 na qual refere artigo urbano sob o n.º 2919, com a seguinte descrição:-----

Área total = 391,00 m2-----

Área de implantação =171,00 m2-----

Área descoberta =220,00 m2 -----

Face às peças desenhadas do projeto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que:-----

►A intervenção baseia-se na legalização da construção inscrita nas finanças no ano de 1985;-----

►Que da edificação existente sofreu obras com a construção de anexos e que constam no projeto apresentado;-----

►Que o projeto apresentado retrata a situação existente, no local----

**VII - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão**-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 750/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º4 do artigo 73-C do RMUE.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de obras, enquadrando-se assim, no n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de Vistoria Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 44/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objectivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

Considerando que para análise e emissão de parecer, terão de ser respeitados os parâmetros urbanísticos e regulamento do PDM, torna-se necessário o cumprimento do disposto no n.º2 do artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 750/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE,-----  
 Considerando que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015, de 22 de Abril. Considerando que se trata de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----  
 Considerando que se trata de uma edificação existente, em que o alvará de licença de obras n.º 523/80, possui licenciada uma área de 246,00 m2 de r/ e andar.-----  
 Considerando que se trata de uma ampliação de 53,00 m2 e mudança de uso de habitação unifamiliar para bifamiliar.-----  
 No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

**Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----**

- ▶A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----
- ▶O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----
- ▶Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----
- ▶Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;
- ▶As obras a legalizar, refere-se a ampliação da edificação e alterações na edificação existente;-----
- ▶A área bruta de construção proposta é de 290,80 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (1,2 x 391,00 =469,20 m2).-----
- ▶A edificação respeita ainda os critérios estabelecidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º da Alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor.-----

#### **VIII - Da Proposta em Sentido estrito-----**

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente a uma edificação bifamiliar, de 2 pisos e de área bruta de construção de 246,00 m2 e dois anexos com área bruta de 53,00 m2 (área bruta total de 290,80 m2).-----  
 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis,-----

1- A emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito



regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação e anexo foram sujeitas ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

2- A emissão de propriedade horizontal referente às duas habitações;

#### VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º1 do artigo 25 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU. -----

Taxa de infraestruturas urbanísticas  
(T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa		3,6		14,49	52,31 €/m
REDE DE ÁGUA		1		22,04		22,04 €/m
REDE DE ESGOTOS		1		34,80		34,80 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1		46,40		46,40 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	155,55 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	3,61
N - número de pisos	2

Edifícios de habitação coletiva ou de utilização mista, com um número de pisos igual ou inferior a 4 (N≤4)

- alínea b.1) do n.º 1 do artigo 24.º

$T = C \times m \times [0.3 + 0.05 (N-1)]$	$T = 196,54 \text{ €}$
--	------------------------

#### VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	2	6,70 €	13,40 €
n.º3	Acresce por garagem ou lugar de estacionamento unidade de arrumos	2	3,30 €	6,60 €

	<b>TOTAL-1</b>			<b>76,20 €</b>
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fração	2	11,85 €	23,70 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	2	54,00 €	108,00 €
	<b>TOTAL-2</b>			<b>185,70 €</b>
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	2	10,80 €	21,60 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	2	2,65 €	5,30 €
	<b>TOTAL-3</b>			<b>55,00 €</b>

<b>TOTAL-1</b>			<b>76,20 €</b>
<b>TOTAL-2</b>			<b>185,70 €</b>
<b>TOTAL-3</b>			<b>55,00 €</b>
<b>VALOR GLOBAL</b>			<b>316,90 €</b>

Taxa de infraestruturas urbanísticas	<b>196,54 €</b>
Taxas administrativas	<b>316,90 €</b>
<b>Valor global da liquidação de taxas</b>	<b>513,44 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.06.2018:-----**  
Visto. Concordo. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa

de que os imóveis a que respeita (edificação de dois pisos com um fogo da tipologia T2 por piso e um anexo comportando duas garagens) forma objecto de legalização.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.**-----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.7. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 326/17 - CÉSAR BORGES PARADA - ESTRADA DO POVO, CASAS DE MONFORTE, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 14.06.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - Pretensão**-----

A pretensão incide sobre um pedido de Regularização/Legalização da habitação, sita na Estrada do Povo Casas de Monforte, Freguesia de Aguas Frias.-----

#### **II - Saneamento e apreciação liminar**-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 830/17 refere-se a uma legalização de uma edificação composta por 2 pisos, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

#### **III- Enquadramento Urbanístico**-----

##### **3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável**-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 326/17 - a edificação objeto de intervenção situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

**3.1.1- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.**-----

##### **3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação**-----

O processo n.º 85/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE). -----

##### **3.3- Regulamentos Municipais**-----

O processo n.º 326/17, enquadra-se no disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

#### **IV - Caracterização e Análise da Pretensão**-----

O requerente através do requerimento n.º 830/17, apresenta pedido de Regularização/ legalização de obras de uma habitação unifamiliar e construída ao abrigo de legislação anterior - e descrita no registo predial- registo n.º 1735/20000306-----

A matriz urbana, refere artigo 999 com a seguinte descrição:-----

Área total = 954,90 m2-----

Área coberta =123,79 m2-----  
 Área descoberta =831,11 m2-----  
 A parte urbana é composta de r/c e andar com área total de construção de 222,82 m2 -----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente foi inscrita nas finanças em 1982;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da habitação-----

►A intervenção a legalizar não necessita de qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Casas de Monforte;-----

#### **V - Responsabilidade-----**

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º5 artigo 73.º-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

#### **VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----**

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 830/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE,-----

Considerando que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015, de 22 de Abril. Considerando que se trata de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de Vistoria Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 129/17 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objectivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objectivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

Considerando o teor do auto de vistoria- AUTO N.º 129/17- no qual refere que:-----

n.º3- O projecto apresentado não retrata a obra levada a efeito , nomeadamente, no que diz respeito à implantação da varanda existente no alçado lateral direito, que se encontra projetada para além da extrema da parcela e das janelas existentes no alçado lateral esquerdo, que se encontram aproximadamente a 2,5 m da fachada do edifício confinante;-----

n.º4 - Da análise dos elementos probatórios apresentados, constatou-se, que não se mostram adequados, pelo facto de a implantação da habitação, não cumprir o artigo 73.º do REGEU, de acordo com o referido no ponto 3.-----

Considerando que o requerente apresenta Declaração do proprietário de uma das extremas (alçado lateral direito) a que não se opõe que a cornija invada o espaço aéreo do seu terreno.-----

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em

apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

**Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----**

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a uma de área de construção de 222,82 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 222,82 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (0,8x 954,90=736,20 m2).-----

►A edificação respeita ainda os critérios estabelecidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor.-----

De acordo com a memória descritiva e justificativa, o técnico refere que a edificação foi inscrita nas finanças em 1982.-----

O não cumprimento do REGEU, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 102.-A do RJUE, o requerente faz prova de que as condições técnicas vigentes à data da sua realização, conforme exposição apresentada sob requerimento n.º 1137/18 e req. 1228/18 alegando as seguintes razões:-----

►Relativamente às janelas existentes no alçado lateral esquerdo, que se encontram aproximadamente a 2,5 m da fachada do edifício confinante (está construído e licenciado à extrema, (alvará de licença de obras n.º 71/15 e alvará de autorização de utilização n.º 65/15) enquanto esta construção a legalizar está afastada 2,5 m.-----

►A varanda existente encontra-se projetada no limite do terreno, apenas a cobertura se encontra para além do limite do terreno, conforme corte apresentado, e que consta declaração do terreno confinante a autorizara esta situação (está construído e licenciado, (alvará de licença de obras n.º 150/17 e alvará de autorização de utilização n.º 133/14).-----

Conclui-se que as razões de fato que impedem a legalização, julgo salvo melhor opinião que se encontram sanadas.-----

**VII - Da Proposta em Sentido estrito-----**

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente a uma edificação composta por 2 pisos e de área bruta de construção de 222,82 m2.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação,

requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. **Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização,** ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

**VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----**

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º1 do artigo 25 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	5,3		19,33	102,45 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	158,18 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	14,63 ml

Moradia unifamiliar

- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º

T = C x m x 0,25	TOTAL =	578,54 €
------------------	---------	----------

**VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---**

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €

n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
	<b>TOTAL-1</b>			<b>62,90 €</b>
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	<b>TOTAL-2</b>			<b>65,85 €</b>
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
	<b>TOTAL-3</b>			<b>38,90 €</b>

<b>TOTAL-1</b>			<b>62,90 €</b>
<b>TOTAL-2</b>			<b>65,85 €</b>
<b>TOTAL-3</b>			<b>38,90 €</b>
<b>VALOR GLOBAL</b>			<b>167,65 €</b>

Taxa de infraestruturas urbanísticas	<b>578,54 €</b>
Taxas administrativas	<b>167,65 €</b>
<b>Valor global da liquidação de taxas</b>	<b>746,19 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:-----**  
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio, que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de autorização do imóvel em causa (moradia unifamiliar com dois pisos). No alvará de autorização a emitir deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita, foi objecto de legalização.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.**-----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.8. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 814/17 - ALFREDO GONÇALVES PIRES - LUGAR DA SERRA, SELHARIZ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DA PARANHEIRAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 15.06.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Antecedentes**-----

O requerente possui alvará de licença de obras n.º06/04 referente à construção de armazém agrícola com área de 126,00m2, sito no Lugar da Serra, Valverde, Selhariz.-----

Possui processo da DAF, informação n.º21/2013, 138/17,182/17 anexos a este processo.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 conjugado com os números 6,7 e 9 do artigo 73-C por forma a legalizar a edificação existente, conforme auto n.º 01/2018 de 11/01/2018, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 2106/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE, tendo sido solicitado ao requerente a apresentação de elementos, por forma a poder informar cabalmente o processo. -----

**II - Localização**-----

O requerente solicita a legalização de um ARMAZÉM AGRICOLA, sito no Lugar da Serra, Valverde, Selhariz, União das Freguesias Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, em Chaves.-----

**III - Saneamento e apreciação liminar**-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º2106/17, 824/18 e 1216/18 refere-se a uma legalização, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

- Relatório técnico e termos de responsabilidades das especialidades; Respeitando o disposto na Portaria 113/2015, de 22 de Abril relativamente aos Elementos instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I.-----

**IV- Enquadramento Urbanístico**-----

**4.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável**-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 814/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM)



em vigor, na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3 - Espaços Agro- Florestais e Subcategoria 4.3.A -Espaços Agro-FlOrestais Comuns.-----

#### **4.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O processo n.º 814/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).----

**4.3- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----**

#### **4.4- Regulamentos Municipais-----**

O processo n.º 353/18, enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 5 do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

#### **V - Caracterização e Análise da Pretensão-----**

Através do requerimento n.º 2106/17 o requerente vem solicitar a legalização de um novo armazém agrícola, num terreno onde está licenciado outro armazém agrícola com alvará de licença n.º 06/04, sita no Lugar da Serra, Valverde, Selhariz, União das Freguesias Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, em Chaves.---- De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma legalização, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Foi solicitado ao requerente que apresentasse os elementos em falta, nomeadamente o cumprimento ao teor do ponto 4 do auto n.º 01/2018 de 11/01/2018, e projetos de especialidades-----

Através do requerimento n.º 824/18 vem a processo apresentar elementos, depreendendo-se ainda da análise, que falta relatório das especialidades conforme o previsto nos pontos i) e ii) aa alínea a) do n.º 5 do artigo 73-C do RMUE, ou projeto de especialidades, pelo que foi solicitado novamente ao requerente a sua apresentação;-----

Agora vem novamente o requerente através do requerimento n.º 1216/18 apresentar os elementos em falta, nomeadamente, relatório das especialidades conforme o previsto nos pontos i) e ii) aa alínea a) do n.º 5 do artigo 73-C do RMUE;-----

Dada a pretensão, legalização do armazém agrícola, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação, conforme auto n.º 01 de 11/01/2018.-----

De acordo com memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a legalização da construção existente possui uma área de implantação de 112,00 m2;-----

►A intervenção a legalizar não necessita de obras;-----

► A certidão de registo predial, registo n.º 390/20010824, refere prédio com área de 3500,00 m2;-----

O pedido formulado encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE. -----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

O procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 01/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

O requerente através do requerimento n.º1216/18, vem dar cumprimento ao solicitado na informação técnica de 22/05/2018.-----

#### **V - Responsabilidade-----**

O projeto de arquitetura está instruído nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, constituindo assim, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

#### **VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----**

Considerando que o projeto de arquitetura e especialidades referentes à legalização, retrata a situação existente no local;-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado se adequa com as normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente a inserção urbana, com o regulamento do PDM.-----

Considerando que fazem parte dos processos os projetos de especialidades, inerentes às obras a legalizar;-----

Considerando que possui licenciado já um armazém (alvará de licença n.º 06/04) com área de 126,00 m2;-----

Considerando que a edificação existente e a legalização da edificação cumpre preceituado na alínea b) do n.º1 do artigo 36.º da alteração ao regulamento do PDM,  $(250+10\% (3500,00-1000,00) = 500,00 \text{ m}^2 < 238,00\text{m}^2 (112,00 + 126,00))$ . -----

#### **VII - Proposta de Decisão-----**

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente- obras de legalização de armazém agrícola com área de 112,00 m2.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do

artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na legalização de armazém agrícola, foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

#### **VIII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----**

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental. Estas taxas, para o caso em apreço, encontram-se isentas ao abrigo do disposto no ponto 3.4 do artigo 19 do Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010).-----

#### **IX - Das Taxas Devidas pela Emissão de Alvará -----**

De acordo com o preceituado no artigo n.º117 do RJUE e o plasmado no artigo 69.º do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves.-----

No que diz respeito às taxas de Emissão de alvará, estas terão de corresponder às taxas de emissão de alvará de licença especial, pelo que o seu calculo é:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54.º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º4	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	<b>TOTAL-1</b>			<b>59,50 €</b>
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º2	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
d)	Edifício destinado a industria ou armazém por cada 100,00 m2	1	11,85 €	11,85 €
	<b>TOTAL-2</b>			<b>65,85 €</b>
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €

n.º 5	Edifício destinado a indústria ou armazém por unidade de ocupação e por cada 100,00 m2, acresce ao valor referido no n.º1	1	2,65 €	2,65 €
	<b>TOTAL-3</b>			<b>30,75 €</b>

<b>TOTAL-1</b>			<b>59,50 €</b>
<b>TOTAL-2</b>			<b>65,85 €</b>
<b>TOTAL-3</b>			<b>30,75 €</b>
<b>VALOR GLOBAL</b>			<b>156,10 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:-----**  
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito expressos nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas, sem controlo prévio, que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de autorização do imóvel em causa (armazém agrícola). No alvará de autorização a emitir deverá constar a menção expressa de que o edifício a que respeita foi objecto de legalização.-----  
**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**  
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**  
À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.9. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 621/17 - IDEIAS NATURAIS - IMOBILIÁRIA, S.A. - LUGAR DA BARROCA, LOIVOS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 20.06.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução / Antecedentes-----**

**1.1**A empresa requerente acima referida na qualidade de proprietária de um terreno, sito no lugar da Barroca, na União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, Chaves, nos termos do artigo 14.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, consagrado no DL 136/2014 de 09 de setembro de 2014, solicita novo Pedido de Informação Prévia sobre a viabilidade de realizar uma operação de loteamento no terreno de que é proprietária;-----

(Embora a área regista na Conservatória do Registo Predial seja de 43.510,00m², mas de acordo com levantamento topográfico a área do

terreno é de 39.530,00m<sup>2</sup>, tendo sido este último o valor que serviu de base para cálculo e será oportunamente corrigida);-----

**1.2** Este novo pedido surge na sequência de uma reunião realizada em 23 de novembro de 2017, conforme relatado no Auto de Diligência que consta no processo administrativo (folhas 44 a 42);-----

## **2. Enquadramento da Pretensão nos Instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----**

**2.1** No passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves,----

**2.1.1** Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas;-----

**2.2** De acordo com extrato da planta n.º 61A do Plano Diretor Municipal, e conforme já referido na informação anterior, o terreno localiza-se, grande parte em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - outros aglomerados, e uma pequena parte em classe 4 - Espaços Agrícolas e florestais, subcategoria 4.3.A - Espaços Agro-florestais comuns, sobre a qual não é proposta qualquer intervenção;-----

## **3. Servidões e Restrições de ordem pública-----**

Sobre o terreno, não impendem servidões ou restrições de ordem pública, uma vez que a estrada EN311 passou a Estrada Municipal;-----

## **4. Análise do pedido-----**

**4.1** Nos termos do artigo 14.º, do DL 136/2014 de 09/09 - Pedido de Informação Prévia - o requerente pretende ver esclarecidos aspetos referentes à constituição de uma operação de loteamento com 25 lotes destinados a habitação unifamiliar, comércio e serviços num terreno com 39.530,00m<sup>2</sup>;-----

**4.2** São propostos os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

- Área total do terreno - 39.530,00m<sup>2</sup>-----
- Área do terreno objeto da intervenção em Espaços urbanos e urbanizáveis - 36.215,60m<sup>2</sup>-----
- N.º Lotes - 25 (23 para habitação unifamiliar, 1 lote para serviços e 1 lote para comércio e habitação)-----
- Área de construção para efeito de I<sub>c</sub> - 10.897,20m<sup>2</sup>-----
- I<sub>c</sub> - 0,30m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>-----
- Áreas de cedência ao domínio público - 11.279,30m<sup>2</sup>-----
- Espaços verdes de Utilização coletiva - 1.530,00m<sup>2</sup>-----
- Infraestruturas - 8.811,40m<sup>2</sup>-----
- Equipamentos - 937,90m<sup>2</sup>-----
- Estacionamento -----
- Privado - 152-----
- Público 30-----

**4.3** No que se refere ao cumprimento do descrito no n.º 2), do artigo 21.º, do regulamento do P.D.M., como também ao dimensionamento das áreas de cedência que devam integrar o domínio público municipal a exigir de acordo com o estipulado no referido regulamento, nomeadamente dimensionamento das parcelas de terreno destinadas a espaços de circulação, a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamentos, no presente pedido de informação prévia, verifica-se que há um "excesso" em relação a Espaços Públicos, que contempla espaços verdes ou de utilização coletiva, arruamentos viários e pedonais, e estacionamento;-----

**4.4** No entanto no que se refere à cedência de área para Equipamentos Públicos, há um défice de 1.786,40m<sup>2</sup>, o que por aplicação do n.º1, do artigo 21.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, o

requerente fica sujeito a compensar o município pela área não cedida, conforme fórmula especificada no artigo 30º, do Regulamento de liquidação de taxas e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas: -----

$$C = \frac{LK \times A \text{ (m2)} \times V^4}{2}; \text{-----}$$

**4.5** Caso o requerente entenda formular um posterior licenciamento da operação de loteamento, deverá estar ciente deste pressuposto;-----

**4.6** Considerando que de acordo com a Portaria 113/2015 de 22 de abril, deveriam também ter sido apresentados Plantas das infraestruturas locais e ligações às infraestruturas gerais, e não só breve memória descritiva, mas dado o tempo decorrido para fazer o saneamento e apreciação liminar do pedido e solicitar elementos, assume-se proceder à emissão de parecer sem estes mesmos traçados, devendo, na fase do licenciamento vir já devidamente retratados em peças desenhadas/projetos de infraestruturas locais e ligação às infraestruturas existentes, a fim de se solicitarem pareceres internos aos Serviços competentes;-----

## **5. Proposta de decisão-----**

**5.1** Considerando o descrito nos pontos anteriores da presente informação em articulação com o Auto de Diligência de 23 de novembro de 2017, estes Serviços entendem que o PIP agora formulado, no que diz respeito à divisão fundiária da parcela, e respetivas cedências e desenho geral da mesma, está em condições para que se possa emitir parecer favorável ao mesmo;-----

**5.2** Nos termos do artigo 16.º do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, deverá a Câmara Municipal deliberar sobre o presente Pedido de Informação Prévia formulado através de requerimento n.º 275/18 de 02 de fevereiro de 2018, tendo por referência a presente informação;-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:-----**

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar, nos termos do preceituado no n.º 1, do artigo 16º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação aprovado pela Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redacção actual, uma deliberação conducente à prestação de uma informação prévia favorável sobre o pedido em presença, nos termos e para os efeitos constantes deste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**

---

4

**L** - Fator de localização -----

**K** - Coeficiente urbanístico do loteamento -----

**A** - Valor em metros quadrados da área não cedida.-----

**V** - 482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018-----

**C** - Valor da Compensação devida ao Município.-----

À Reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.10. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 166/17 - MARIA ROSA MARTINS CAVALEIRO - RUA DO ESTÁDIO, N.º 29, FREGUESIA DE BUSTELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 20.06.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. Introdução-----**

**1.1** A requerente acima referida na qualidade de proprietária de uma habitação de r/chão e andar, sita no lote 2 do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 3/95, sito na Rua do Estádio, freguesia de Bustelo, solicita a legalização das alterações levadas efeito sem controlo prévio por parte da Administração;-----

**1.2** A habitação foi titulada pelo Alvará de obras inicial nº 350/98 com a área de 293,05m²;-----

**1.3** A presente legalização pretende regularizar a construção de uns arrumos com 23,46m² e alterações interiores à compartimentação do r/chão;-----

**2. Enquadramento da Pretensão-----**

**2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----**

O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

**3. Análise do pedido / Proposta-----**

**3.1** O pedido encontrava-se corretamente instruído com os elementos necessários à realização da vistoria supra referida, pelo que em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela Comissão Municipal responsável, tendo em conta os aspetos referidos;-----

**3.2** A referida Comissão Municipal realizou a vistoria e elaborou Auto e informação, referindo que havia de "(...) *necessidade realizar obras correção e/ou adaptação (...)*" - -----

**3.3** Tal informação foi dada a conhecer ao requerente, que completou o projeto com peças desenhadas corrigidas e fotografias; -----

**4. Análise do Pedido / Proposta-----**

**4.1** Foi realizada nova vistoria em 07 de junho de 2018, tendo sido lavrado o respetivo Auto n.º 46/2018, ficando dirimidas as questões pendentes constantes no Auto de Vistoria de 04 de julho de 2017;-----

**4.2** Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

**a)** Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações

urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal;-----

**b)** Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão da respetiva **Licença Especial de Legalização** do imóvel;-----

**c)** Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, construção de uns arrumos, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão da respetiva **Licença Especial de Legalização**, instruída de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;

#### **5. Responsabilidade**-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

#### **6. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão**-----

Deverão ainda ser liquidadas as taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa nos termos do descrito no artigo 117.º, do DL 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, e previstas no respetivo Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas em que a operação se enquadra, conforme exposto;-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Subsecção IV</b>				
<b>Artigo 66.º</b>				
<b>n.º16</b>	Prazo de execução da obra, por mês ou fração	1	11,85 €	<b>11,85 €</b>
<b>n.º17</b>	Emissão de aditamento ao alvará	1	38,70 €	<b>38,70 €</b>
<b>n.º18</b>	No caso de o aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m2 adicional	23,46	3,20 €	<b>75,07 €</b>
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>			
<b>Subsecção V</b>	<b>CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO</b>			
<b>Artigo 76.º</b>	<b>Outras vistorias</b>			
<b>n.º 6</b>	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	2	54,00 €	<b>108,00 €</b>
	<b>TOTAL</b>			<b>233,62 €</b>

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:**-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (alteração da compartimentação do rés-do-chão e ampliação do mesmo com um compartimento destinado a arrumos), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pela interessada.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.**-----



A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.**-----

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.11. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DE R/C E ANDAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 161/18 - PALMIRA BROCHADO DE MOURA (CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE) - RUA DAS FLORES, N.º 6, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 19.06.2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Pretensão**-----

1.1- A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de uma habitação unifamiliar composta por r/c e andar com área bruta de construção de 200,58 m2 e anexo com 119,57 m2, sita na Rua das Flores n.º 6, Lugar da Atalaia, Freguesia de Vila Verde da Raia.-----

1.2- A edificação localiza-se na Rua das Flores n.º 6, Lugar da Atalaia, Freguesia de Vila Verde da Raia, em Chaves.-----

**II - Saneamento e apreciação liminar**-----

O projeto apresentado sob requerimento n.º 478/18 e 180/18 refere-se a uma legalização de uma edificação composta por 2 pisos e um anexo de 1 piso, apresentando para o efeito o projeto de arquitetura nomeadamente:-----

- Peças escritas com Termos de responsabilidade, documentos de legitimidade, memória descritiva e justificativa da pretensão;-----

- Peças desenhadas com o levantamento topográfico, plantas de localização, plantas, alçados e cortes;-----

**III- Enquadramento Urbanístico**-----

**3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável**-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 161/18 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis ena Subcategoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

**3.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.**-----

**3.3- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação**-----

O processo n.º 85/18 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE). -----

**3.4- Regulamentos Municipais**-----

O processo n.º 326/17, enquadra-se no disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

**IV - Responsabilidade**-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º 5 artigo 73.º-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

**V - Caracterização e Análise da Pretensão**-----

O requerente através do requerimento n.º 470/18, apresenta pedido de legalização de uma habitação e anexo, sem controlo prévio.-----  
Faz parte de processo a certidão das Finanças, na qual refere artigo urbano sob o n.º 230, sendo a cabeça de casal, Palmira Brochado de Moura, com a seguinte descrição:-----

Área total = 422,15 m2-----

Área de implantação =104,81 m2-----

Área bruta de construção =200,58 m2 -----

Face às peças desenhadas do projecto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que :-----

►A intervenção baseia-se na legalização da construção inscrita nas finanças no ano de 1956;-----

►Que da edificação existente sofreu obras com a construção de anexos e que constam no projeto apresentado;-----

►Que o projeto apresentado retrata a situação existente, no local----

#### **VI - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----**

O pedido formulado através do requerimento n.º 470/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 4 do artigo 73-C do RMUE.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, com execução de obras, enquadrando-se assim, no n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o respectivo auto de vistoria n.º 30/18 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objectivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objectivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

Face ao teor do auto de vistoria, foi solicitado ao requerente que viesse a processo completa-lo, em conformidade com a informação técnica de 15/05/2018.-----

Assim, através do requerimento n.º 861/18 e 1180/18, vem a processo dar cabal cumprimento ao teor da retrocitada informação técnica.-----

Considerando que para análise e emissão de parecer, no cumprimento dos parâmetros urbanísticos e regulamento do PDM, é necessário o cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 470/18 (e seguintes) encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE,-----

Considerando que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

Considerando que se trata de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE, dado que a grade já se encontra colocada conforme fotografia apensa ao processo.-  
No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em

apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

**Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----**

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE; -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a uma de área de construção de 320,15 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 320,15 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (0,8x 422,15=377,72 m2).-----

►A edificação respeita ainda os critérios estabelecidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor.-----

Considerando que o requerente não possui registo da conservatória da edificação em causa, julga-se salvo melhor opinião, que após a emissão de autorização de utilização, conceder ao requerente o prazo de 30 dias para apresentar tal documento.-----

**VII - Da Proposta em Sentido estrito-----**

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente de uma habitação composta por 2 pisos e de área bruta de construção de 200,58 m2 e anexo com área bruta de 119,57 m2 (área total de 320,15 m2).-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. **Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação e anexo foram sujeitas ao procedimento de legalização,** ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

**VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----**

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º1 do artigo 25 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas

pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)		Custo (C)
		s/n	larg.	C/m	C/m <sup>2</sup>	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	5,02		19,33	97,04 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	152,77	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	8,14	m

Moradia unifamiliar

- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º

T = C x m x 0,25	TOTAL =	310,88	€
------------------	---------	--------	---

#### VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo n.º117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	<b>TOTAL-1</b>			<b>66,20 €</b>
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €

## F.1

j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54,00 €	54,00 €
	<b>TOTAL-2</b>			<b>119,85 €</b>
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, crescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,65 €	2,65 €
	<b>TOTAL-3</b>			<b>41,55 €</b>

<b>TOTAL-1</b>			<b>66,20 €</b>
<b>TOTAL-2</b>			<b>119,85 €</b>
<b>TOTAL-3</b>			<b>41,55 €</b>
<b>VALOR GLOBAL</b>			<b>227,60 €</b>

Taxa de infraestruturas urbanísticas	<b>310,88 €</b>
Taxas administrativas	<b>227,60 €</b>
<b>Valor global da liquidação de taxas</b>	<b>538,48 €</b>

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:-----**  
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de autorização dos imóveis em causa (moradia unifamiliar com 2 pisos e um anexo destinado a arrumos). No alvará de autorização de utilização a emitir, deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que respeita, foram objecto de legalização.  
**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**  
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**  
À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.12. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE GARAGEM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 225/18 - FERNANDA SANTOS RUA - RUA DO PINHAL, N.º 20, FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 22.06.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 651/18, em 25 de março de 2018, que deu origem ao processo de obras n.º225/18 e completado pelo requerimento n.º1303/18, de 21 de junho de 2018, a Sra. Fernanda Santos Rua, na qualidade de co-herdeira, na herança aberta por óbito de Manuel Rua, viúvo e na qualidade de cabeça de casal das heranças aberta por óbito de Maria de Lurdes dos Santos e Alfredo Alves Rua, seus pais, apresenta um pedido de **legalização de obras de ampliação** (já executadas) e de uma casa de R/C e 1.º andar, com Licença inicial n.º 257 passada em 13 de maio de 1968 e licença n.º35, passado em 21 de janeiro de 1969, **cumulativamente na legalização de obras de construção** de um edifício destinado a garagem, também já concluídas, em área dentro do perímetro de construção estipulado *pelo PDM*, mas não inserida em *loteamento*, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto Lei n.º555/99, de 16/12, que estabelece o *Regime Jurídico da Urbanização e Edificação*, adiante designado RJUE, na redação conferida pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e ulteriores alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----**

2.1 De acordo com Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves, apresentado, o prédio urbano sobre o qual recai a presente operação urbanística, situa-se em S. Mateus, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo n.º**892**, da freguesia de Santo Estevão possuindo uma área total de 2.193m<sup>2</sup>, área coberta de 210m<sup>2</sup>, composto de casa de rés do chão e 1.º andar e logradouro, confronta de norte com Manuel Melo, de nascente com Manuel António Meireles, de nascente com António Paiva Ribeiro, de sul com Ana Maria Vinagre Cunha e de Poente com Estrada.-

2.2 De acordo com a caderneta predial urbana obtida via Internet em 2017/08/07, apresentada, o prédio urbano situado na Rua do Pinhal n.º20, freguesia de Santo Estevão, confronta norte com Manuel Melo, de nascente com Manuel Alves Teixeira, de sul com João Ferreira Pantaleão e de poente com caminho, descrito de prédio de habitação de dois pisos, com uma área total do terreno de 2.193,00 m<sup>2</sup>, área de implantação de 210,00 m<sup>2</sup>, área bruta de construção 370,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º**892NIP** que teve origem no artigo 619, da mesma freguesia.-----

**3. ANTECEDENTES-----**

Foram detetados os seguintes processos: -----

3.1 Processo de licenciamento n.º204/68 em nome de Alfredo Alves Rua, para construção de uma casa de R/chão e 1.º andar, 60m<sup>2</sup>, sito em Santo Estevão - São Mateus, dando origem à licença 257, passada em 13 de maio de 1968.-----

3.2 Processo de licenciamento n.º21/69 em nome de Alfredo Alves Rua, para ampliação da construção, com licença 257, passada em 13 de maio

de 1968, com uma cozinha e uma varanda, com uma área de 18m<sup>2</sup>, sito em Santo Estevão, dando origem à licença 35, passada em 21 de janeiro de 1969.-----

3.3 . Processo camarário n.º 542/17, em nome de a Sra. Fernanda Santos Rua, ora requerente, relativo ao licenciamento da legalização de obras de ampliação (já executadas) e de uma casa de R/C e 1º andar, com Licença inicial n.º 257 passada em 13 de maio de 1968 e licença n.º35, passado em 21 de janeiro de 1969, cumulativamente na legalização de obras de construção de um edifício destinado a garagem, levada a efeito sobre o referido prédio. Por deliberação da Câmara Municipal de 29/09/2017 foi proposto o *indeferimento* da pretensão.-----

#### **4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

A pretensão, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto é, obras de ampliação e de construção sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

##### **4.2 Nos Regulamentos Municipais-----**

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação<sup>(5)</sup> , RMUE.-----

##### **4.3. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

Pese embora na caderneta predial urbano referente ao prédio urbano sobre o qual recai a presente operação urbanística referir que a área total do terreno é de 1.440,00m<sup>2</sup>, contudo regista-se que o referido prédio urbano possui uma área total de 2193,00m<sup>2</sup>, de acordo com o levantamento topográfico e termo de responsabilidade subscrito pelo autor do levantamento topográfico, bem como, com a Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar a operação urbanística, consubstanciada em obras de ampliação, já executadas, num edifício destinado a uma habitação unifamiliar, composto de r/c e 1.º andar, legalmente existente, bem como legalizar as obras de construção de uma garagem, que se desenvolve, num único piso acima da cota de soleira de Rés do chão.-----

Tendo em conta a demarcação constante nos extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes, á escala 1/10.000, e levantamento em formato digital, apresentados pelos interessados e de acordo com as plantas de ordenamento do PDM, folha n.º34B, constata-se que o terreno se encontra inserido em duas Classes distintas, Classe1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Santo Estevão e em Classe 4- espaços agrícolas e florestais, categoria 4.2 - espaços agrícolas e na subcategoria 4.2B - espaços agrícolas condicionados, RAN+REN. O requerente Junta planta com os limites de cada uma das áreas identificadas, folha 40 do processo, sendo, 680m2 em "espaço urbano e urbanizável - categoria 1.3", o restante em "espaços agrícolas condicionados, áreas da RAN e da REN.-----

Segundo a planta de condicionantes, folha nº34B do PDM de Chaves, sobre o terreno dos interessados impendem duas servidões e/ou restrição de utilidade pública, a saber, Reserva Agrícola Nacional, RAN e Reserva Ecológica Nacional REN, e devidamente assinalada nas plantas de condicionantes, os quais subordinam-se aos respetivos regimes e seus condicionamentos. Contudo as construções, objeto de

---

<sup>5</sup> publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015-----

análise encontram-se implantadas em espaços urbanos e urbanizáveis e as mesmas não se encontram abrangidas por qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública espaços urbanos e urbanizáveis.-----

#### **5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----**

Não houve consultas externas.-----

#### **6. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----**

6.1 O pedido encontra-se instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise. -----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto, do projeto de arquitetura, de arranjos exteriores e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

6.2 A requerente considerou não ser possível a apresentação dos seguintes projetos de especialidade exigíveis, nomeadamente, projeto de estabilidade, estudo acústico e estudo térmico, em conformidade com o ponto ii), da alínea a), do n.º5 do Artigo 73.º -C, para o efeito apenas apresenta relatório técnico da estabilidade e relatório técnico do estudo acústico, acompanhados pelos respetivos Termos de Responsabilidade subscritos pelos autores dos referidos relatórios, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis. -----

6.3 No referente ao Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro, a requerente apresentou o relatório de estudo térmico, acompanhado de Termo de responsabilidade subscrito por técnico com qualificação profissional legalmente reconhecida e adequada a subscrever estudos de comportamento térmico. Mais se refere, a coberto do requerimento n.º1303/18, de 21/06/2018, apresentou o certificado SCE.-----

6.4 A requerente solicitou a isenção a apresentação do projeto de Instalação Gás (subentende-se por se destina á habitação própria e não estar prevista a utilização de gás, ao abrigo do n.º2, do artigo 3.º, da seção I, do capítulo II, do DL 97/2017, 10/08).-----

6.5. No que concerne ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica a requerente apresenta fatura como prova que o edifício já se encontra ligado à rede pública.-----

6.6 No referente ao Plano de acessibilidades - DL nº 163/06, de 8 de agosto, apenas foi apresentada uma justificação da não aplicação das normas previstas no DL n.º163/06, de 8 de agosto, subscrita pelo Arquiteto autor do projeto de arquitetura (pág. 22 do processo) na qual refere o não cumprimento dos requisitos técnicos de acessibilidade porquanto se trata de uma legalização edificação, preexistente e com obras da década de setenta, ao abrigo do n.º5 do artigo 102-A do RJUE.-----

6.7 A requerente apresenta ainda um pedido de isenção do projeto de infraestruturas de telecomunicações - ITED, com enquadramento no DL nº 53/2014, de 8 de abril.-----

#### **7. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----**

##### **7.1 Quanto às regras de edificabilidade-----**

Em termos de regime de edificabilidade e dado que estamos perante uma parcela não submetida às disciplina dos instrumentos urbanísticos(6), deverá respeitar-se o exposto na alínea a), do n.º2, do artigo 19º do regulamento do PDM em vigor isto é, a edificabilidade é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio,----

---

<sup>6</sup> projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes-----



A requerente, através do requerimento n.º1303/18, de 21/06/2018 apresentou um relatório técnico acerca da moda da cércea, no qual esclareceu que a operação urbanística cumpre com a moda da cércea dominante, o alinhamento e as formas de relação do conjunto edificado com o espaço público, pelo que a pretensão se adequa com a frente urbana em que o prédio se integra.-----

Face ao exposto, do ponto de vista técnico da disciplina de arquitetura nada obsta à legalização da pretensão, na medida em que se conforma com as normas estipuladas pelo PDM de Chaves em vigor, nomeadamente é cumprido o disposto nas alíneas, a) e d) do n.º 1 do artigo 18.º e no ponto i), da subalínea a1), do n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do PDM de Chaves, na sua última versão.-----

## **7.2 Quanto às infraestruturas-----**

O local está satisfatoriamente infraestruturado.-----

## **7.3 Do cumprimento das normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada, DL n.º163/2006, de 8 de Agosto.-----**

O requerente solicita "isenção do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º1, do artigo 10.º, do DL n.º163/2006, de 8 de Agosto".-----

A data da construção da edificação preexistente é 1969, a qual é anterior à entrada em vigor do DL n.º 163/06, de 8 de agosto pelo que conforme dispõe o n.º 5, do art.º 102-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, pode ser dispensado o cumprimento das normas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.-----

## **7.4 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----**

A garagem e logradouro garantem o n.º mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, a alínea b), do n.º3, do Artigo 12.º, do Regulamento do PDM em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE.-----

## **7.5 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)-----**

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

## **8. PROPOSTA DE DECISÃO-----**

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

8.1 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

8.2 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referencia e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

8.3 Caso a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar e das obras de construção do anexo, destinado a garagem, a interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

8.4 Para efeito do disposto no decreto-lei n.º287/2003, de 12/11, o requerente deve no prazo de 60 dias, á emissão do alvará de utilização, fazer prova junto deste processo administrativo registado com o n.º225/18, de que procedeu à comunicação daquele título na Repartição dos Serviços de Finanças de chaves.-----

À consideração superior, -----

**9. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010** aplicáveis à pretensão-----

**Habitação unifamiliar e anexo (áreas em m²)**

	Habitação unifamiliar				anexo		
PISO	licença 257/68	licença 35/69	áreas ampliadas	área bruta da habitação		área bruta total	TOTAL
Piso 0	60,00	18,00	82,00	160,00	50,00	210,00	
Piso 1	60,00		100,00	160,00		160,00	
<b>TOTAL</b>	<b>120,00</b>	<b>18,00</b>	<b>182,00</b>	<b>320,00</b>		<b>370,00</b>	
Cércea							
Volume							

### 9.1 Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

As taxas pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (T) previstas na Tabela anexa ao Regulamento n° 314/2010, referentes ao licenciamento/legalização, objeto de análise corresponde ao valor de 141,96 € (cento e quarenta e um Euros e noventa e seis cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas que se anexa à presente informação. (artigo 25.º do capítulo V)-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)				
QUADRO II				
		s/n	C/m <sup>2</sup>	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,14	0,00
	- Granito (calçada a cubos)	1	0,20	0,20
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00
	- Betão	0	0,20	0,00
	Passeios			
	- Lancel (Betão)	0	0,18	0,00
	- Lancel (Granito)	0	0,35	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,17	0,00
- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00	
REDE DE ÁGUA		1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS		1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,36	0,00
C - custo das obras existentes na via pública				0,78
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)				182 m <sup>2</sup>
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m <sup>2</sup>				
- n.º 3 do artigo 25.º				
T = C x A		T = 141,96 €		

### 9.2 Cálculo das taxas administrativas de licenciamento-----

As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento n° 314/2010, referentes ao licenciamento, objeto de análise corresponde ao valor de 720,71 € (setecentos e vinte Euros e setenta e setenta e um cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação. (artigo 66.º da subseção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>			
<b>Subsecção IV</b>	<b>EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)</b>			
<b>Artigo 66.º</b>	<b>Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação</b>			
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congéneres, inseridos, ou não, em processo referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1, por m2	50	1,00 €	50,00 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	1	37,95 €	37,95 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m2 adicional	182	3,18 €	578,76 €
<b>Secção V</b>	<b>VISTORIAS</b>			
<b>Artigo 75.º</b>	<b>Outras vistorias</b>			
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	54,00 €	54,00 €
	<b>TOTAL</b>			<b>720,71 €</b>

**TOTAL A PAGAR.....**  $\Sigma 141,96 \text{ €} + 720,71 \text{ €} = 862,67 \text{ €}$

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:-----**

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que se respeita (edificação de dois pisos com um fogo da tipologia T3 e um anexo destinado a garagem) forma objecto de legalização.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.13. CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE ARQUITETURA – PROCESSO N.º 384/18 – ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA – RUA ANTUNES GUERREIRO, SANTA CRUZ/TRINDADE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 25.06.2018. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1. Introdução-----**

A requerente acima referida, Associação Flor do Tâmega Para Apoio a Deficientes, na qualidade de associação e IPSS sem fins lucrativos, solicitou aprovação de projeto de arquitetura referente à construção

de um Centro de Atividades Ocupacionais, agora deslocalizado para a Rua Antunes Guerreiro, Santa Cruz, Chaves.-----

## **2. Enquadramento da Pretensão**-----

### **2.1 Instrumentos de planeamento em vigor - PDM**-----

De acordo com extrato da planta n.º 34A do Plano Diretor Municipal, o terreno onde pretendem intervir, localiza-se em Classe 1 - Espaços Urbanos e urbanizáveis, categoria 1.1 - cidade de chaves.-----

No passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º 5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;---- Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas.-----

### **3. Pareceres de Entidades Externas**-----

Constam do processo Pareceres Externos solicitados previamente:-----

- Parecer Favorável da Segurança Social, referência 2018\_35-----
- Parecer Favorável da ANPC, OF/15247/CDOS17/2018 datado de 2018-06-08 (solicitado pelo requerente)-----
- O requerente faz referência a um parecer favorável da **ARS Norte** solicitado em 2015, no entanto o mesmo deverá ser atualizado ou apresentado novo projeto junto daquela Entidade.-----

### **4. Instrução** -----

**4.1** O pedido formulado encontra-se instruído, de acordo com descrito no n.º 16 da Portaria 113/2015 de 22/04 em articulação com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, e já com Projeto de segurança contra-incêndios aprovado e visado pela ANPC.-----

### **5. Responsabilidade**-----

**5.1** São apresentados os termos de responsabilidade de todos os autores dos projetos de arquitetura, da coordenação de projeto, do projeto de acessibilidades e arranjos exteriores, e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

### **6. Análise do Pedido**-----

**6.1** O pedido formulado, pretende a construção de um único edifício destinado Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), onde existia uma escola básica - entretanto desativada e que vai ser demolida - e um polidesportivo com balneários de apoio;-----

**6.2** O polidesportivo irá manter-se fazendo parte dos arranjos exteriores do edifício;-----

**6.3** São propostos os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

- Área total do terreno - 4.208,58m<sup>2</sup> -----
- Área de implantação - 1.000,12m<sup>2</sup>-----
- Área bruta de construção - 1.000,12m<sup>2</sup>-----
- Altura da fachada - 4,20m-----
- Altura de Edificação - 4,20m-----
- N.º pisos - 1 pisos acima cota soleira-----
- Volume - 4.200,50m<sup>3</sup>-----
- Ic - 0,237m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>-----
- N.º Lugares estacionamento dentro da parcela - 21-----

### **7. Proposta de decisão**-----

**7.1** O presente projeto de arquitetura cumpre as regras de gestão urbanística, aplicáveis à zona onde se insere e as demais normas legais e regulamentares;-----

**7.2** Considerando que foi deliberado aprovar em Reunião do Executivo Camarário de 14 de junho de 2018, a proposta de escritura a realizar no Notário Privativo do Município para a permuta de terrenos entre o

Lote 1 do Loteamento 2/2011 em Outeiro Seco e a antiga Escola Básica em Santa Cruz;-----

**7.3** Deste modo e em relação à legitimidade da referida Associação sobre a parcela de terreno agora em análise, deverão ser apresentados, até à emissão do respetivo título, documentos comprovativos do mesmo;----

**7.4** Face ao exposto, e de acordo com o descrito no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, entende-se propor o deferimento do pedido formulado através de requerimento n.º 1056/18 de 24 de maio de 2018;-----

**7.5** Nos termos do n.º 4 do supra referido artigo, em articulação com a Portaria n.º 113/2015 de 22/04, o requerente dispõe de um prazo de seis meses para apresentar os projetos das especialidades, e ainda comprovativo do parecer favorável da ARSnorte;-----

**7.6** O presente projeto de arquitetura cumpre as regras de gestão urbanística, aplicáveis à zona onde se insere e as demais normas legais e regulamentares;-----

**7.7** Considerando que foi deliberado aprovar em Reunião do Executivo Camarário de 14 de junho de 2018, a proposta para a permuta de terrenos entre o Lote 1 do Loteamento 2/2011 em Outeiro Seco e a antiga Escola Básica em Santa Cruz, de acordo com escritura realizar no Notário Privativo do Município;-----

**7.8** Quanto à legitimidade sobre a parcela de terreno agora em análise, deverão ser apresentados, até à emissão do respetivo título, documentos comprovativos do mesmo;-----

**7.9** Face ao exposto, e de acordo com o descrito no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, entende-se propor o deferimento do pedido formulado através de requerimento n.º 1056/18 de 24 de maio de 2018;-----

**7.10** Nos termos do n.º 4 do supra referido artigo, em articulação com a Portaria n.º 113/2015 de 22/04, o requerente dispõe de um prazo de seis meses para apresentar os projetos das especialidades, e ainda comprovativo do parecer favorável da ARSnorte;-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2018:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito alegadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à aprovação do projecto de arquitectura em presença, nos termos preconizados neste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.14. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO – PROCESSO N.º 467/13 – HERMÍNIO ALVES DO FUNDO – RUA NICOLAU TOLENTINO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.06.2018.-----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

## **1-INTRODUÇÃO**-----

O Srº Hermínio Alves do Fundo, na qualidade de promotor do imóvel referido em epígrafe, através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 407/18, apresenta os seguintes elementos:-----

-Traçados finais das redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor, Engº Edgar de Sousa Ferreira, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE e do seguro de responsabilidade civil profissional.-----

-Traçado final da rede de Telecomunicações, acompanhado do termo de responsabilidade da sua autora, Engª Liliana Maria Amaro Barros, para efeitos do artigo 36º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5;-----

-Termo de responsabilidade do director da obra, Arqtº Henrique Paulo Bento Alves, nos termos do disposto nº 1 do artigo 63º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE e do seguro de responsabilidade civil profissional.-----

-Termo de responsabilidade de execução das Infraestruturas ITUR, do Engº Elísio dos Santos Louçano, de acordo com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 43º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

-Livro de obra;-----

## **2-ANTECEDENTES**-----

2.1-No âmbito da realização das obras de urbanização, previstas em espaço de domínio público e tituladas pelo alvará de obras de construção nº 60/14, o promotor ficou vinculado à realização dos trabalhos a seguir mencionados na rua Nicolau Tolentino:

-Reperfilamento do arruamento, com a execução de passeio e de faixa de estacionamento;-----

-Infraestruturas Elétricas de Serviço Público;-----

-Obras de Telecomunicações;-----

-Execução das redes de abastecimento de Água, de Drenagem de Águas residuais Domésticas e Pluviais.-----

2.2-Para garantia da boa e regular execução das obras de urbanização, necessárias à edificação -----

do imóvel destinado a Habitação Coletiva, tituladas pelo alvará de obras de construção nº 60/14, o interessado apresentou a garantia bancária N/NR 11550, no valor de € 55 276,04 ( cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e seis euros e quatro cêntimos), destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, necessárias à construção do referido imóvel.-----

2.3-Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 275/16, o requerente, solicitou a libertação da garantia bancária N/NR 11550, emitida pelo BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.-----

2.4-De acordo com o exposto no nº 2 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 442/91, o qual aprovou o Código de Procedimento Administrativo, enquadrou-se o pedido do interessado nos termos do disposto no artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final.-----

2.5-No dia 16 de janeiro do corrente ano, foi realizada uma vistoria técnica às obras de urbanização pelos membros que integram em representação da Câmara Municipal a comissão constituída nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, tendo sido lavrado o AUTO DE VISTORIA Nº 1/18, no qual se concluiu que as obras de urbanização tituladas pelo alvará

de Obras de Construção nº 60/14, não se encontravam naquela data, executadas de acordo com os projectos aprovados, não podendo as mesmas, serem objeto de Receção Provisória.-----

### **3-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----**

No seguimento da apresentação dos elementos instrutórios, mencionados no capítulo 1 da presente informação técnica, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

3.1-Realização, em 8 de maio de 2018, de uma nova vistoria técnica às obras de urbanização, inerentes à edificação do imóvel destinado a Habitação Coletiva, tituladas pelo alvará de obras de construção nº 60/14,-----

3.2-Dar a conhecer ao promotor e ao director técnico das obras de urbanização, a fim de o primeiro integrar a comissão de vistorias.---

3.3-No processo constam os seguintes pareceres externos: -----

3.3.1-Carta 37/18/D-DRCN-AVR, de 26-01-2018, registada com o nº 280/18, através da qual a EDP- Distribuição - Energia, S.A, comunica a esta autarquia a emissão de parecer favorável à receção provisória das obras de Eletricidade, tituladas pelo alvará de obras de construção nº 60/14;-----

3.3.2-Ofício com a referência DRG-GA-OME:23/2017, registado com o nº 1448/17, mediante o qual a Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A, esclarece que:-----

(...) para os devidos efeitos informamos que a rede de distribuição de gás foi construída em conformidade com a portaria 386/1994 e as especificações da Galp Energia pelo que já foi integrada, na rede de distribuição de gás natural da Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A, no Projeto Base de Chaves licenciado na DREN sob o nº GNA 2/D.-----

A Duriensegás considera a rede supracitada como parte integrante das Infraestruturas do plano de manutenção e demais operações preventivas ou correctivas de emergência e apta para a receção definitiva (...)----

### **4-PARECER-----**

4.1-Os projectos de especialidades, referentes ao reperfilamento do arruamento, rede de Abastecimento de Água, redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Telecomunicações e Eletricidade, ascendem ao montante de € 35 618,06 ( trinta e cinco mil seiscentos e dezoito euros e seis cêntimos).-----

4.2-Por leitura do Auto de Receção Provisória, lavrado em 08-05-2018, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais, concluiu-se que as obras de urbanização, no mesmo mencionadas e tituladas pelo alvará de obras de construção nº 60/14, são passíveis de serem objecto de recepção provisória.-----

### **5-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Tendo em consideração o referido nos anteriores capítulos, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

5.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção provisória das obras de urbanização inerentes à execução do reperfilamento da rua Nicolau Tolentino, rede de Abastecimento de Água, Redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Electricidade e Telecomunicações, tituladas pelo alvará de obras de construção nº 60/14.-----

5.2-Que, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 54º do diploma legal acima referido, o Executivo delibere reduzir o valor da caução para o montante de € 3 739,90.-----

5.4-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica, dever-se-à comunicar ao Banco Banif - Banco

Internacional do Funchal, S.A, que a garantia bancária N/NR 11550, emitida em 21 de março de 2014, poderá ser reduzida para o montante de **€ 3 739,90 ( três mil setecentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos)**.-----

5.5-Mais se informa o interessado que, deverá proceder ao pagamento do montante de **108,10 €**, respeitante à taxa para realização da vistoria solicitada, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 76º da Tabela de Taxas em vigor no Município de Chaves, anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, em vigor publicado em Diário da República em 22-07-2011.

5.6-O promotor do empreendimento deve ser notificado do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido de receção provisória das obras de urbanização, bem como dar-lhes a conhecer o teor do Auto de Vistoria, de 08-05-2018, da presente informação técnica e dos pareceres da Duriensegás, S.A, e da EDP-Distribuição, S.A, supra mencionados, constantes no processo a folhas n.º 494, 495, e n.º 539, 540, respectivamente.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.06.2017:-----**

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos recomendados nos itens 5.1 (deferimento do pedido de recepção provisória das obras de urbanização reportadas no citado item), 5.2 (redução da caução apresentada pelo requerente, aquando do licenciamento da operação urbanística, através da garantia bancária N/NR 1550, emitida pelo "Banco Banif, Banco Internacional do Funchal, S.A.", no valor de 55.276,04 euros, para o montante de 3.739,90 euros), 5.3 (comunicar-se à entidade bancária prestadora da caução que poderá proceder à redução do valor da mesma nos moldes antes indicados) e 5.4 (notificar-se o requerente para proceder ao pagamento da taxa adveniente da realização da vistoria realizada nos termos do n.º 2, do artigo 87º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, no valor de 108,10 euros), deste documento.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.06.2018.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.06.2018.-----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

#### 1- URBANIZAÇÃO

##### 1.1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - RUA ARTUR MARIA AFONSO - AJUSTE DIRETO. -----



Foi presente a informação nº 168/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. INTRODUÇÃO** -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Rede Abastecimento de Água - Rua Artur Maria Afonso", elaborado pela Divisão de Obras Públicas, com o intuito de se dar início ao procedimento tendente à sua adjudicação. -----

O projeto de execução em referência, contempla, na sua generalidade, a reabilitação/substituição, em toda a sua extensão, da conduta de água existente na Rua Artur Maria Afonso, bem como das ligações a elas associadas, tais como ramais domiciliários, hidrantes e outras condutas de água. Prevê-se, igualmente, a intervenção e substituição de pequenos troços de conduta de abastecimento de água, na Travessa General Ribeiro de Carvalho e Travessa Nuno Álvares. -----

As ruas onde se pretende intervir, estão a ser requalificadas, no âmbito da empreitada "Lotes 10 e 11- Requalificação da Av. General Ribeiro de Carvalho (Pamus 1.8), Rua Nadir Afonso, Travessa Nuno Álvares e Rua Mário dos Santos Delgado (Pamus 1.9) e rua Artur Maria Afonso e Travessa General Ribeiro de Carvalho (Pamus 1.10)" constando, a reformulação dimensional e revestimento de todos os pavimentos, da faixa de rodagem, dos passeios, das zonas de estacionamento, a introdução pontual de infraestruturas, elétricas, telecomunicações, abastecimento de água, rede de águas residuais domésticas e pluviais, bem como a organização de espaços verdes. A referida empreitada foi adjudicada à firma "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Publicas. S.A.". -----

Durante a execução dos trabalhos que fazem parte da empreitada, foi em parte posta à vista e reparadas algumas roturas que surgiram na conduta existente de abastecimento de água. Nessa ocorrência, foram detetados problemas na conduta, nomeadamente, a existência de uma tubagem em ferro completamente enferrujada, com obstruções no seu interior, denotando-se alguma fragilidade em vários pontos onde foi alvo de anteriores reparações, facto agora agravado, pelos trabalhos que se encontram em execução. -----

Dado que, está contemplada na empreitada que se encontra em execução, a pavimentação da faixa de rodagem e dos passeios, torna-se imperioso, anteceder à execução de tais trabalhos, a substituição da conduta de água existente, de modo a evitar, intervenções em curto espaço de tempo, que possam danificar o novo pavimento e consequentemente afetar o abastecimento de água à população. -----

Considerando que, de acordo com o nº1 do artigo 370º, do CCP, só podem ser considerados trabalhos a mais, os trabalhos que se tornem necessários executar na obra, na sequência de uma circunstância imprevista, o que não se verifica, dado que os mesmos poderiam ter sido previstos, pelo dono de obra, no projeto inicial. -----

Considerando ainda, que, já foi ordenada a execução de trabalhos de erros e omissões, no valor de 32.248,90€ (não incluindo o IVA), pelo que, os referidos trabalhos, não se podem enquadrar na figura de "trabalhos de suprimento de erros e omissões", visto, o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de erros e omissões, ultrapassarem os limites previstos no nº3 do artigo 376º do CCP, ou seja 5% do valor contratual. -----

Considerando que a responsabilidade da execução de tais trabalhos, não pode ser imputada à entidade executante, nem ao projetista, dado que se tratam de trabalhos que não eram possíveis serem detetados em fase

de projeto, pelo que, de acordo com o artigo 378º do CCP, são da responsabilidade do Dono de Obra. -----

Assim, de acordo com o CCP, os presentes trabalhos não previstos, deverão ser objeto de contrato celebrado na sequência de um novo procedimento, o qual deverá ser adotado o "Ajuste Direto", de acordo com o nº8 do artigo 376º do CCP. -----

Considerando que, se encontra em curso a empreitada que prevê a pavimentação dos arruamentos, anteriormente referida, é de todo conveniente e urgente, que a execução dos trabalhos agora propostos, seja feita, antes do início das pavimentações. -----

## **2. PROPOSTA / DECISÃO: -----**

Assim e face ao descrito propõe-se o seguinte procedimento: -----

1. Submeter a presente informação, à aprovação do Órgão Executivo Municipal; -----

2. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 29.903,00 Euros (Vinte e nove mil novecentos e três euros), acrescido do respetivo valor do IVA. A fixação do preço base foi estabelecida com base nos preços aplicados em obras similares a decorrer na mesma freguesia e que contém trabalhos idênticos, designadamente na obra "Lotes 10 e 11 -Requalificação da Avenida General Ribeiro de Carvalho (PAMUS1.8), Rua Nadir Afonso, Travessa Nuno Álvares e Rua Mário dos Santos Delgado (PAMUS1.9) e Rua Artur Maria Afonso e Travessa General Ribeiro de Carvalho (PAMUS1.10)"; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea d) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Ajuste Direto; -----

5. A abertura de um procedimento por ajuste direto com consulta à firma Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas S.A., por ser uma firma que possui o alvará de construção exigido no ponto 8.3 do convite, se encontrar dentro dos limites preconizados no ponto 2 do artigo 113º do CCP, por ser credível, dado o conhecimento que possuímos, pela execução de contratos anteriores e por ser a firma adjudicatária da obra que se encontra em execução e como tal, evitar quaisquer tipo de conflitos que possam surgir, entre entidades executantes diferentes a trabalhar no mesmo local. -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 10 dias. -----

7. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de Execução; -----

b) Convite a enviar à entidade; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

8. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº 5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos E análises de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram analisados os levantamentos existentes e efetuada análise de campo; -----

- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica existente, da área de intervenção considerada no projeto; -

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não está sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 29.903,00 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.4.4. 0102/07030307/ 0103/ 2009, I 28 tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2018/1060. -----

10. Que a proposta seja sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea d) do nº1 do artigo 46º da Lei 20/2015 de 9/03. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 30 de maio de 2018. -----

A Técnica Superior -----

(M.<sup>a</sup> Madalena S.D. Branco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.06.01. -**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.13. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **1.2. LOTEAMENTO COM O ALVARÁ N.º 1/06 - FERNANDO DIAS - CONCURSO PÚBLICO. -----**

Foi presente a informação nº 187/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **1. INTRODUÇÃO -----**

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Loteamento com o Alvará N.º 1/06 - Fernando Dias" -----  
 Pretende-se com o presente projeto, a execução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará n.º 1/06, de Fernando Manuel F.G. Dias, Unipessoal, Lda. -----

Tais obras resultam da declaração de caducidade do alvará e da comunicação prévia, tendo a Câmara Municipal acionado a garantia bancária para a realização das mesmas por via substitutiva. -----  
 Os trabalhos em falta consistem, na execução da totalidade das obras do loteamento, designadamente, a implantação das infraestruturas, de, abastecimento de água, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, eletricidade, telecomunicações e rede de gás, bem como a execução dos trabalhos de valorização paisagística e arruamentos. ---

**2. PROPOSTA / DECISÃO:** -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Loteamento com o Alvará N.º 1/06 - Fernando Dias", -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 540.269,27 Euros (Quinhentos e quarenta mil duzentos e sessenta e nove euros e vinte e sete cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA.

A fixação do preço base foi obtido, a partir do orçamento apresentado com o projeto (aprovado em 2006), afetando-lhe as atualizações de preços, que ocorreram no lapso de tempo decorrido; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no OUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 300 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: - Parecer favorável da EDP Distribuição - Energia, S.A. em 02/07/2007; -----

7. De acordo com o definido no n.º 1 do artigo n.º 46.º- A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de obras que resultam da caducidade do alvará de loteamento, tendo a Câmara Municipal acionado as garantias bancárias, para que, por via substitutiva, sejam realizadas pela Câmara Municipal, não estando inicialmente previsto a sua realização por lotes. -----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução; -----

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----  
 Suplentes: -----  
 1º Vogal suplente: Vítor Pereira -----  
 2º Vogal suplente: José Figueiredo -----  
 10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----  
 11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----  
 Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria III (ou superior), não foi efetuada a revisão do projeto, em virtude de ser uma obra, cujo projeto foi aprovado e emitido o Alvará de Loteamento n.º 1/06 em 17 de maio de 2006, estando o Município de Chaves a substituir-se ao loteador, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----  
 - Levantamentos E análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento topográfico; -----  
 - Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----  
 - Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----  
 - Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----  
 - Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----  
 - Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----  
 12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 540.269,27 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.4.2 0102/07010401/0201/202 I 38, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 1170/2018. -----  
 À consideração Superior. -----  
 Divisão de Obras Públicas, 21 de junho de 2018 -----  
 A Chefe de Divisão -----  
 (Amélia Rodrigues) -----  
 Em anexo: -----  
 - Projeto de Execução, -----  
 - Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----  
 - Programa de Procedimento, -----  
 - Caderno de Encargos, -----  
 - Plano de Segurança e Saúde; -----  
 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

### **1.3. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.** -----

Foi presente a informação nº 191/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Enquadramento** -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento concursal, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares". -----

2. De harmonia com deliberação Camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ASG, Construções e Granitos, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas no dia 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 749.527,95€ (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 20 de novembro de 2017. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada 29 de novembro de 2017. -----

7. Foi aprovada uma prorrogação de prazo graciosa de 90 dias. -----

#### **II - Fundamentação** -----

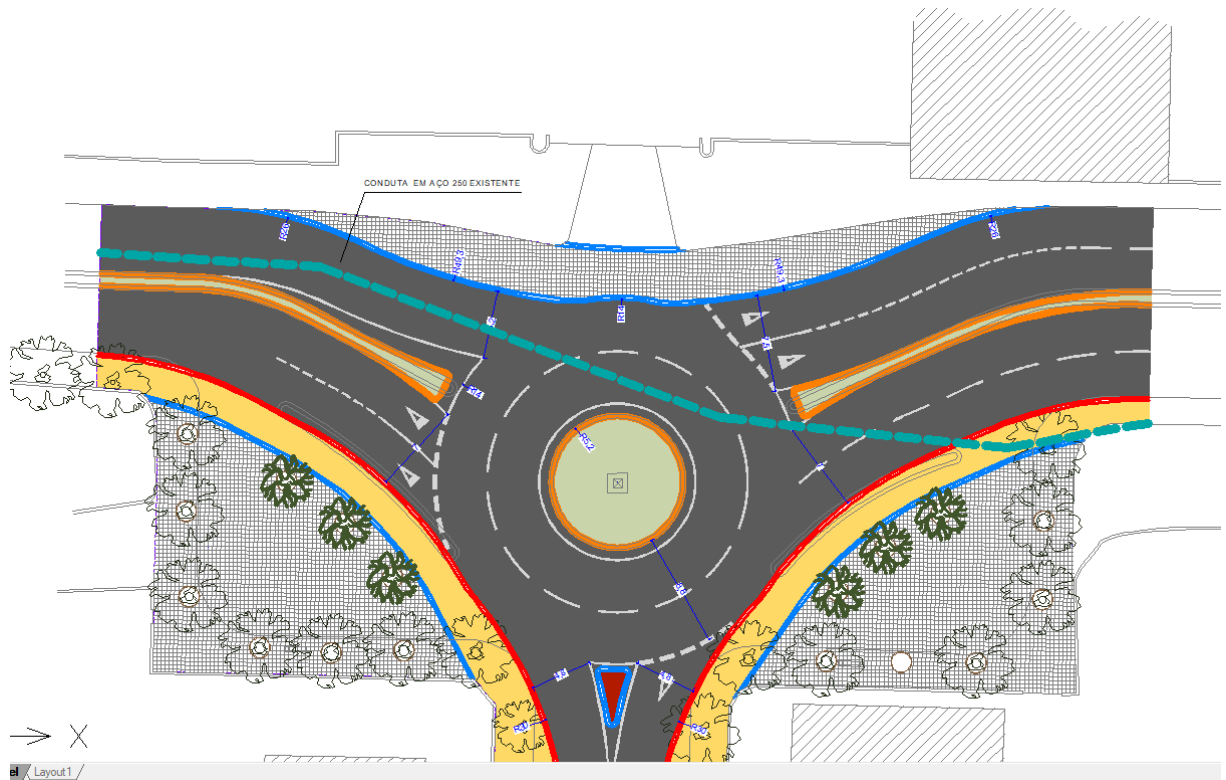
1 - Rotunda junto ao RI19 -----

1 - A obra em causa consiste na requalificação total da Avenida Nuno Álvares, com a substituição integral de todas as infraestruturas. ---

2 - No que se refere ao abastecimento de água, o projeto prevê a substituição da conduta ao longo de toda a avenida, com a implantação de 2 condutas de 110mm, uma de cada lado, com ligação à conduta que se encontra na Avenida Heróis de Chaves. -----

3 - De acordo com o cadastro existente, esta conduta, na Avenida Heróis de Chaves, era de PVC, no entanto verificou-se durante a obra que esta informação não era correta. A referida conduta é de Aço, com diâmetro 250mm, e encontra-se envelhecida. -----

4 -Tendo em consideração que a obra contempla o arranjo da zona da rotunda e em frente ao quartel, conforme desenho seguinte, é de toda a conveniência proceder, na zona abrangida pela intervenção à substituição desse troço da conduta. -----



5 - Desta forma, evitar-se-á que, dentro de pouco tempo, haja necessidade de efetuar intervenções nesta zona, bem como os custos e transtornos inerentes. -----

2 - Rotunda do Monumento -----

1 - Na Rotunda do Monumento, não se previu qualquer alteração de infraestruturas. No entanto, a situação que se verifica é idêntica à descrita no ponto anterior. A conduta que atravessa a Rotunda, vinda da Avenida do Estádio e que abastece a zona histórica, também é em aço. -----

2 - Esta conduta, que já foi substituída a montante, no âmbito da obra de requalificação da Avenida General Ribeiro de Carvalho, encontra-se bastante envelhecida, sendo de toda a conveniência fazer a sua substituição, nesta fase, já que o projeto prevê o arranjo urbanístico de toda a zona envolvente à rotunda do Monumento. -----

3 - De acordo com o cadastro, a situação que se verifica é a seguinte:



4 - Propõe-se, assim, que seja efetuada a substituição da conduta em aço, na área abrangida pela presente intervenção, bem como as ligações necessárias às condutas das ruas adjacentes. -----

### **III - Erros e Omissões - Determinação de responsabilidade** -----

1 - De acordo com o n.º 1 do artigo 61º do CCP, deve ser apresentada, até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, uma lista na qual se encontrem identificados, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados. -----

2 - De acordo com o n.º 3 do artigo 378º do CCP, o empreiteiro é responsável pelos trabalhos de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 61º do mesmo diploma, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono de obra. -----

3 - Desta forma, relativamente aos erros e omissões referidos na presente informação, tratando-se de situações não detetáveis em fase de apresentação de listas de erros e omissões e sendo o dono de obra responsável pela autoria do projeto este é inteiramente responsável pela execução dos mesmos. -----

### **IV - Quantificação** -----

1 - Foi solicitada a apresentação de uma proposta, por parte do empreiteiro, tendo este apresentado para os trabalhos descritos, cuja discriminação se encontra em lista anexa, o valor de 25.359,00€, IVA não incluído -----

2 - Em resumo, temos a seguinte situação: -----

1- Trabalhos na Rotunda do Monumento 12.347,00€ -----

2- Trabalhos na Rotunda junto ao RI19 13.012,00€ -----

Total 25.359,00€ -----

3 - Na quantificação do valor dos trabalhos foram aplicados os preços de contrato para trabalhos iguais aos já contemplados no projeto e foram acordados os restantes preços, tendo em consideração os preços praticados na região para a mesma espécie dos trabalhos em causa. ---

### **V - Conclusão** -----

1 - Tendo em consideração que se trata de trabalhos fundamentais e indissociáveis da obra em causa, sendo ainda certo que a sua não execução ou a sua execução numa fase posterior acarretaria custos acrescidos para o dono de obra, foi feito o apuramento dos custos, tendo-se obtido o valor de 25.359,00€, representando 3,38% do valor do contrato. -----

2 - O valor apresentado encontra-se dentro dos limites previstos no artigo 376 do CCP, ou seja, é inferior a 5% do valor do preço contratual, não existindo à data quaisquer outros trabalhos de erros e omissões aprovados. -----

### **VI - Da Proposta em Sentido estrito** -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, propõe-se a seguinte linha de atuação: -----

1 - Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para a reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção das competentes aprovações; -----

2 - A aprovação dos trabalhos de suprimento de erros e omissões apresentados, considerando que os mesmos estão de acordo com o n.º 4 do artigo 376º do CCP, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho. Os referidos trabalhos ascendem ao montante de 25.359,00€ (Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove Euros), IVA não incluído, representando 3,38% do valor global da obra. Não existe até à data qualquer outro valor de erros e omissões do projeto. A presente proposta encontra-se devidamente cabimentada com o n.º 2018/1242. ---



3 - Que o prazo para a execução dos trabalhos seja fixado em 15 dias.  
 4 - Que, caso a proposta seja aprovada, deverá ser encaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para ser formalizado o ato através da assinatura do competente contrato, devendo-se notificar previamente também o adjudicatário no sentido de apresentar um reforço de caução, no valor de 1.267,95€, destinada a garantir a celebração do contrato; -----

5 - Que, caso a proposta seja aprovada, fica a mesma, sujeita a fiscalização concomitante e sucessiva do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea d) do nº1 do artigo 47 da Lei 20/2015 de 9/03; -----

6 - Que, caso a presente proposta seja aprovada, seja dada ordem de execução dos trabalhos ao adjudicatário, por escrito, facultando-lhe as peças necessárias. -----

7 - Que não seja publicitada, já que o valor da mesma dispensa tal ato, de acordo com o artigo 315º do CCP: -----

8 - Que seja aprovada a minuta do contrato, em anexo. -----  
 À consideração superior. -----

Chaves, 21 de junho de 2018 -----  
 A Técnica Superior -----

(Fernanda Serra, Eng.ª) -----  
 Em anexo: Lista de quantidades e orçamento -----

Peças desenhadas -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.06.22. -**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **1.4. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE A ROTUNDA DO TECNÓPOLO I ATÉ À PONTE DE VILA VERDE DA RAIA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2018. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 219.562,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25. -----**

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €219.562,00 (Duzentos e dezanove mil, quinhentos e sessenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.5. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 22/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 22/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 6.005,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €6.005,00 (Seis mil e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ---

**1.6. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 23/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 23/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 55.688,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €55.688,80 (Cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.7. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 24/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS - ÁGUA).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 24/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 250,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €250,00 (Duzentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-

**1.8. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 7/DOP/2018.** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 7/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 23.435,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €23.435,00 (Vinte e três mil, quatrocentos e trinta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.9. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 8/DOP/2018.** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços n° 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 24.977,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €24.977,00 (Vinte e quatro mil, novecentos e setenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.10. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO N° 15/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 15/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS

PÚBLICAS, S.A., no valor de 70.032,77 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €70.032,77 (Setenta mil e trinta e dois euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**1.11. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 16/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS).** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 16/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 40.245,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €40.245,80 (Quarenta mil, duzentos e quarenta e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## **2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO**

## **VII EXPROPRIAÇÕES**

## **VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

**1. INVOCÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DIVIDAS. CARLOS ALBERTO LOPES GONÇALVES. INFORMAÇÃO Nº 113/DAR/2018.** -----

Foi presente a informação nº113/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na integra, para todos os efeitos legais.---

**1. INTRODUÇÃO:**-----

Na sequência de requerimento escrito, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Águas e Resíduos nº4348/18, datado do pretérito dia 24/05/2018, Carlos Alberto Lopes Gonçalves apresentou prescrição de dívida.-----

Em termos gerais invoca a prescrição dos valores em dívida referente ao processo identificado em epígrafe, por força do disposto no nº1 do artigo 10º, da Lei nº23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações.- Assim cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte:-----

## **2. DO DIREITO:-----**

### **a) Da prescrição de dividas relativas a consumos de água-----**

A lei nº23/96, de 26 de Julho alterada pelas Leis nº12/2008 de 26 de Fevereiro e nº24/2008 de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente.-----

Ora os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.-----

De acordo com o disposto no nº1, do artigo 10º, da Lei nº23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito.-----

Ou seja, caso se verifique a falta de pagamento voluntário das quantias constantes em determinada fatura, a entidade prestadora do serviço dispõe de seis meses, para realizar a propositura da respetiva ação ou injunção, em vista a ser ressarcida, coercivamente, do valor em dívida.-----

## **3. PROPOSTAS:-----**

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de deliberação consubstanciada na declaração de prescrição das dividas, em virtude de já terem decorrido mais de seis meses desde a emissão das referidas faturas, nos termos e para os efeitos do disposto no nº1, do artigo 10º, da Lei nº23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações.-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, à Divisão de Águas e Resíduos, responsável pelo processo.-----

Chaves, 05 de junho de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 13.06.2018.-----**

À Reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fazer baixar o presente processo à Divisão competente, tendo em vista o

reforço da fundamentação da proposta com a indicação dos seguintes elementos adicionais: -----

- a) Identificação das faturas objeto de eventual prescrição e respetivo valor; -----
- b) Identificação das causas que justificam a aparente prescrição. -

## IX

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## X

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

**1. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT, MT, BTE, BTN E IP DOS MUNICÍPIOS DE CHAVES, VILA POUCA DE AGUIAR, BOTICAS, RIBEIRA DE PENA, MONTALEGRE, VALPAÇOS E AMAT. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL, MINUTA DO CONTRATO E ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CHAVES (EDIFÍCIOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA). DESPACHO Nº53/GAP/2018.** -----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. Antecedentes e justificação** -----

- Considerando que, no dia 8 de março de 2018, a Câmara Municipal de Chaves, deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração de protocolo para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes, com vista ao lançamento de um único procedimento por concurso público denominado "Concurso público para fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP" e que terá por objeto a alimentação das instalações alimentadas em alta tensão, média tensão, baixa tensão especial, baixa tensão normal e iluminação pública dos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e a AMAT - Associação de Municípios do Alto Tâmega; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 4º do referido protocolo, foi designada, como representante do agrupamento, a AMAT - Associação de Municípios do Alto Tâmega, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato; -----

- Considerando que, no dia 22 de março de 2018, a Câmara Municipal de Chaves, deliberou, por unanimidade, aprovar as peças do presente procedimento de formação de contrato, bem como a realização da presente despesa; -----

- Considerando que, no dia 30 de abril de 2018, a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, aprovou, por unanimidade, a assunção do presente compromisso plurianual; -----

- Considerando que, a AMAT enviou, ao Município de Chaves e aos restantes Municípios que compõem o agrupamento de entidades adjudicantes, o relatório final elaborado pelo júri responsável pela condução do presente procedimento; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº4 do artigo 148º do citado código, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar

decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação; -----

- Considerando que, no relatório final, o júri, responsável pela condução do presente procedimento, manteve o teor e as conclusões do relatório preliminar, propondo a adjudicação ao concorrente "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A."; -----

- Considerando que, o preço global, com a componente de acesso às redes do fornecimento de energia elétrica às instalações do Município de Chaves, é de 3.339.728,10€ (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e oito euros e dez cêntimos), para os consumos de energia estimados para 24 meses. -----

- Considerando que é urgente a tomada de decisão de adjudicação do fornecimento de energia elétrica às instalações do Município de Chaves, uma vez que não pode haver interrupção do fornecimento de energia; -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade; -----

- Considerando, por último, que a urgência, anteriormente, descrita, veio a ser evidenciada pela AMAT, tendo em vista o desenvolvimento do procedimento adjudicatório e respetiva formalização do contrato, em tempo que permita a não interrupção do fornecimento de energia elétrica. -----

## **2. Do despacho em sentido estrito -----**

Assim, face ao exposto, determino o seguinte: -----

a) Nos termos do disposto no nº4 do artigo 148º do CCP, que seja aprovado o relatório final elaborado pelo júri responsável pela condução do presente procedimento; -----

b) Nos termos do disposto no nº1 do artigo 73º do CCP, que seja adjudicado o fornecimento de energia elétrica ao concorrente "EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.", pelo valor de 3.339.728,10€ (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e oito euros e dez cêntimos) para os consumos de energia estimados para 24 meses; -----

c) Nos termos do disposto no nº1 do artigo 98º do CCP, que seja aprovada a minuta do contrato em anexo; -----

d) Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, que seja designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanente a execução deste, o técnico superior, Eng.º José Figueiredo; -----

e) Nos termos do disposto no nº3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº3 do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, que o Órgão Executivo Municipal proceda à ratificação da presente decisão, na próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo, a ter lugar, no dia 28 de junho do corrente ano, sendo certo que este assunto já se encontra integrado na respetiva ordem de trabalhos da dita reunião. -----

Chaves, 26 de junho de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Nuno Vaz, Dr.º) -----

Em anexo: Relatório final, minuta do contrato, compromisso e demais documentos que compõem o processo de concurso. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

### 1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

#### 2.1. PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL PARA ALIENAÇÃO/LOCAÇÃO DE LOTES NO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES" E "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA" - RELATÓRIO DE ANÁLISE DA 1ª FASE DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - (16-03-2018 A 16-06-2018 - RELATÓRIO Nº1, DE 18.06.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### RELATÓRIO Nº 1 -----

1- No dia dezoito de junho de dois mil e dezoito, pelas quinze e trinta horas, no Gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, reuniu a Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento supramencionado, constituída pelo **Presidente**, Dr. Marcelo Delgado, pelo **1º Vogal efetivo**, Arq. Rodrigo Moreira, e pelo **2º Vogal efetivo**, Dra. Márcia Santos, tendo como coadjuvante e relatora Arq.<sup>a</sup> Carla Joana. -----

2- A reunião visou a realização das diligências inerentes à abertura e análise das propostas recebidas no âmbito da 1ª fase de candidaturas para adjudicação do direito de propriedade/locação de lotes integrados no "Parque de Atividades de Chaves" e "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", que decorreu desde o dia 16-03-2018 até ao dia 16-06-2018. -----

3- A reunião teve início com a apresentação do procedimento pelo Presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado e com a identificação dos requerentes por ordem de entrada das respetivas propostas, a saber:

Número atribuído à cand.	Requerente	Empresa	Nº entrada	Data entrada	Pretensão	Atividade a desenvolver
1	José António Teixeira Pimenta	TUDOPORTA, LDA.	2179	12.03.2018	Lote B8 e Lote B9 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves	Tratamento e revestimento de metais
2	Jesus Cid Quinas	SOC.SISTEMAS DELFIM, SL	2745	29.03.2018	Lote 3 do Loteamento da Plataforma Logística	Obtenção e primeira transformação de alumínio
3	Maria Chao Foriscot	MALLAT, LDA	2746	29.03.2018	Lote 2 e Lote 3 do loteamento da Plataforma Logística	Fabrico e comercialização de urnas funerárias

4- Identificados os requerentes e respetiva pretensão, a Comissão promoveu a apreciação formal das propostas, no que diz respeito à verificação da regularidade da instrução das mesmas, de acordo com o



estipulado no artigo 11º (Instrução do processo de candidatura) do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em conjugação com a "Proposta nº 06/GAP/2018", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 08 de fevereiro de 2018, tendo verificado o seguinte: -----

4.1. As candidaturas nº 1 e nº 3 reportam-se, ambas, a pedidos cuja operação urbanística visa ser materializada mediante a ocupação de dois lotes em simultâneo; -----

4.2. Tais pedidos, independentemente do mérito das candidaturas em questão, tal como foram formulados, não poderão ter sucesso na aprovação das operações urbanísticas correspondentes, uma vez que as mesmas irão colidir com as especificações dos respetivos alvarás dos loteamentos em vigor; -----

4.3. Face a esta constatação, é entendimento da Comissão que as candidaturas não podem ser admitidas, pelo que propõe a rejeição liminar das mesmas; -----

4.4. Contudo, face ao interesse público dos empreendimentos em causa, a Comissão considera pertinente colocar à consideração superior a possibilidade de serem estudadas soluções urbanísticas alternativas para viabilizar a admissão das candidaturas em causa, quer propondo aos requerentes o redirecionamento dos pedidos para outros lotes, quer despoletando um procedimento de alteração às especificações dos alvarás de loteamentos, de forma a conformar os lotes às pretensões em causa; -----

4.5. Relativamente à candidatura nº 2, a Comissão verificou que esta se apresenta devidamente instruída, com todos os documentos necessários para o efeito, e cumpre as especificações do alvará de loteamento onde se projeta (alvará de Loteamento nº1/2007 - Plataforma Logística de Chaves), estando em condições de ser admitida e submetida à respetiva análise substantiva; -----

5- Seguidamente, a Comissão procedeu à análise de mérito da candidatura nº 2 e à respetiva ponderação dos critérios de seleção, em conformidade com o modelo de avaliação estipulado no artigo 13º do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com o Anexo III da Proposta nº 06/GAP/2018";

6- Analisados todos os fatores a classificar e preenchida a grelha de aferição dos critérios de seleção, a candidatura obteve a pontuação final de 16.375 valores, pelo que foi admitida com nível de projeto "Muito Bom". -----

7- Relativamente a esta candidatura, após a análise dos documentos que se reportam aos aspetos ambientais da indústria subjacente à pretensão em causa, a Comissão entende registar neste relatório, em forma de alerta preventivo, que o licenciamento da instalação da atividade industrial em causa, pelas autoridades competentes para o efeito, deverá acautelar o cumprimento de todas as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, de forma a neutralizar qualquer impacto ambiental decorrente do seu funcionamento. -----

8- Nada mais havendo a referir, a Comissão deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

8.1 Propor a adjudicação do Lote 3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, à empresa SOC.SISTEMAS DELFIM, SL, representada pelo Sr. Jesus Cid Quinas, uma vez que a respetiva candidatura obteve a pontuação necessária para ser admitida, atingindo um nível de projeto "Muito Bom", salvaguardando a condição referida no ponto 7, relacionada ao cumprimento de todas as regras de controlo ambiental que sejam aplicáveis à unidade industrial a instalar;

8.2 Propor a rejeição liminar das candidaturas nº1 e nº3, requeridas, respetivamente por José António Teixeira Pimenta e por Maria Chao Foriscot, por razões de violação das especificações dos alvarás de loteamento em vigor; -----

8.3 Colocar à consideração do Executivo Municipal, para estas duas candidaturas, a possibilidade de serem estudadas soluções urbanísticas alternativas para viabilizar a admissão das mesmas, quer propondo aos requerentes o redireccionamento dos pedidos para outros lotes, quer despoletando um procedimento de alteração às especificações dos alvarás de loteamentos, de forma a conformar os lotes às pretensões em causa; -----

8.4 Submeter o presente relatório à próxima Reunião de Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

8.5 Por fim, caso haja deliberação nos termos preconizados, adotar a seguinte estratégia procedimental: -----

8.5.1- Proceder à notificação dos 3 requerentes sobre as decisões tomadas; -----

8.5.2- Encaminhar o processo da candidatura da empresa "SOC.SISTEMAS DELFIN, SL", para o Gabinete de Notariado e Expropriações, a fim deste encetar os procedimentos necessários à formalização do respetivo Contrato-promessa de Compra e Venda do lote nº 3 do loteamento da, Plataforma Logística de Chaves, em conformidade com o estipulado no artigo 15º (Preço e condições de venda e ou locação dos lotes) do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", com as devidas adaptações, em articulação com a "Proposta nº 06/GAP/2018", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 08 de fevereiro de 2018. -----  
Chaves, 18 de junho de 2018, -----

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.2. NÚCLEO DE ATLETISMO DE CHAVES/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Enquadramento:** -----

1. Considerando que, mediante ofício, de 23/01/2018, veio a ser notificado o "Núcleo de Atletismo de Chaves", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, num total de 93,49€, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos;

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

3. Considerando que, o "Núcleo de Atletismo de Chaves", veio, mediante comunicação datada de 01/06/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

### **II - Estratégia a adotar:** -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pelo "Núcleo de Atletismo de Chaves", num valor total atual, de 93,49€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja autorizado o **pagamento em doze (12) prestações, a liquidar até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida, acrescido de juros de mora vencidos; -----

A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações; -----

b) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

c) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação ao "Núcleo de Atletismo de Chaves", para conhecimento. -----

Chaves, 11 de junho de 2018 -----  
A Chefe de Divisão Financeira, (Dr.<sup>a</sup> Márcia Santos) -----

**Anexo: listagem de valores em dívida** -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.3. BILHARES BRASIL - LUÍS MANUEL DE SOUSA/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 34/DGF/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Enquadramento:** -----

4. Considerando que, mediante ofício, de 25/01/2018, veio a ser notificado a empresa "Bilhares Brasil - Luís Manuel de Sousa", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, num total de 86,10€, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos; -----

5. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade; -----

6. Considerando que, o "Bilhares Brasil - Luís Manuel de Sousa", veio, mediante comunicação datada de 14/06/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

### **II - Estratégia a adotar:** -----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pelo "Bilhares Brasil - Luís Manuel de Sousa", num valor total atual, de 86,10€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação: -----

d) Que seja autorizado o **pagamento em prestações mensais de 40€ a liquidar até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida, acrescido de juros de mora vencidos, até à sua amortização integral. -----

e) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações; -----

f) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação; -----

g) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação ao "Bilhares Brasil - Luís Manuel de Sousa", para conhecimento. ----

Chaves, 25 de junho de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira, (Dr.<sup>a</sup> Márcia Santos) -----

**Anexo: listagem de valores em dívida** -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.06.25.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.25.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## XII DIVERSOS

**1. PROTOCOLO - BOMBEIROS. INFORMAÇÃO 005/PC/2018.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**Enquadramento**-----

Serve a presente informação para dar resposta ao solicitado superiormente, a fim de garantir o reforço a atribuir, pelo Município de Chaves, às Associações de Bombeiros do concelho, com vista a assegurar a constituição de Equipas de Intervenção do DECIF para o período mais vulnerável à ocorrência de incêndios florestais - 1 de Julho a 30 de Setembro de 2018.-----

**II - Fundamentação**-----

**II.1 - Legislação**-----

A Lei 27/2006, de 3 de Julho refere o seguinte:-----

1.A protecção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram (n.º 1 do artigo 1.º); -----

2.O princípio da prevenção, refere que os riscos de acidente grave ou de catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências (alínea c, do artigo 5.º);-----

**De acordo com a Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro:**-----

- O presidente da câmara municipal é a autoridade Municipal de Protecção Civil (n.º 1 do artigo 6.º).-----

**II.2 - Antecedentes e Justificação** -----

Considerando:-----

- No concelho de Chaves, nos meses de Julho, Agosto e setembro, atingem valores médios de ocorrências de 20, 55 e 79 respetivamente;-
- No concelho de Chaves, nos meses de Julho, Agosto e setembro, atingem valores médios de área ardida de 60, 1200 ha e 648 respetivamente;-----
- Que o plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio refere que o mês de Agosto e Setembro atendendo ao elevado n.º de ocorrências e área ardida deve ser objecto de uma intervenção mais musculada por partes dos organismos de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----
- Que a chegada do Verão, em especial na fase Charlie - 1 de Julho a 30 de Setembro, o concelho de Chaves, vê-se fustigado pelos incêndios florestais que colocam em causa a sua vasta mancha florestal e o património urbano de interface, o qual é imperativo conservar e defender;-----
- Que o histórico e o passado recente revelam que a resposta a este flagelo, durante a fase Charlie, requer em permanência, no concelho de Chaves, um Dispositivo Especial de combate a Incêndios forte e musculado composto por 39 homens/mulheres, dedicado em exclusivo aos incêndios florestais, 24 sobre 24 horas, sem comprometer a eficiência na resposta às restantes ocorrências no âmbito da Protecção e socorro;-
- Que estes 39 homens e mulheres que compõem o DECIF provêm das 3 Associações Humanitárias, atendendo ao seguinte:-----
  - o Associação Humanitária dos Bombeiros Flavienses - 3 ECIN (15 bombeiros/dia) + 1 ELAC (2 Bombeiros/dia) o que perfaz um total de 17 bombeiros/dia;-----
  - o Associação Humanitária dos Bombeiros Salvação Pública de Chaves - 1 ECIN (5 bombeiros/dia) + 1 ECIN (5 bombeiros/aos fins de semana e feriados) num total de 29 dias contabilizando Sábados, Domingos e Feriados na fase Charlie;-----
  - o Associação Humanitária dos Bombeiros Vidago- 2 ECIN (10 bombeiros/dia) + 1 ELAC (2 Bombeiros/dia) o que perfaz um total de 12 bombeiros/dia;-----
- Que a Autoridade Nacional Protecção Civil compensa financeiramente a constituição das Equipas de Combate a Incêndios, de acordo com o valor previsto na Circular Financeira da ANPC para o ano 2018 (50 €/por homem/jornada de 24 horas), isto é 2,083 euros/hora sendo um valor muito baixo para o esforço, sacrifício e risco associado;-----
- Que todos os anos, os Comandantes dos Corpos de Bombeiros sentem dificuldades na constituição de Equipas em número suficiente para integrar o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Protecção de Socorro (SIOPS) - artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio que o republicou;-----
- Que a constituição do DECIF com vista a conseguir um combate eficaz ao flagelo dos fogos florestais, tem um custo elevado que recai sobre a Associações Humanitárias e como tal não permitindo mais flexibilizações ou aumentos para com os combatentes;-----
- Que no ano passado o Município reforçou o DECIF em 10/euros/dia com um custo global de 35 880 euros. Deste reforço o Bombeiro que fez parte do DECIF teve uma compensação por 24 horas de 56 euros;-----
- Que se considera que o reforço, no valor de 10 € (10 euros / homem/ dia) garantirá que cada bombeiro, que fizer parte do DECIF de

2018, irá receber diariamente 60 euros/dia, um acréscimo de 7,14 % relativamente ao ano de 2017.-----

- Que a compensação proposta não só motivará a adesão e fixação de Equipas de Combate a Incêndios, no concelho, como também será uma forma de atrair novos voluntários e compensar a disponibilidade total da longa jornada de 24 horas;-----

- Que o aumento referido anteriormente representará um custo anual, para o Município de Chaves 32 730 euros, repartidos pelas 3 Associações em função do n.º de elementos que compõem o DECIF, quadro 1, conforme se descremina: -----

o Associação Humanitária dos Bombeiros Flavienses - 15 640 euros repartidos pelos meses de Julho 5 270 €, Agosto 5 270 € e Setembro 5 100 €; -----

o Associação Humanitária dos Bombeiros Salvação Pública de Chaves - 6 050 euros repartidos pelos meses de Julho 2 050 €, Agosto 2 000 € e Setembro 2 000 €;-----

o Associação Humanitária dos Bombeiros Vidago - 11 040 euros repartidos pelos meses de Julho 3 720 €, Agosto 3 720 € e Setembro 3 600 €. -----

**Quadro 1** - Orçamentos anuais por corpo de Bombeiros.-----

Corporação	Equipas	Acréscimo Bombeiro	N.º Homens	Período 1 de Julho a 30 de Setembro		
				N.º Dias Período	Custo	Custo Total por CB
BVF	ECIN 01	10	5	92	4600	15640
	ECIN 02	10	5	92	4600	
	ECIN 03	10	5	92	4600	
	ELAC	10	2	92	1840	
BVSP	ECIN 01	10	5	92	4600	6050
	ECIN 02 (Fins de Semana e Feriados)	10	5	29	1450	
BVV	ECIN 01	10	5	92	4600	11040
	ECIN 02	10	5	92	4600	
	ELAC	10	2	92	1840	
<b>Total</b>					<b>32730</b>	<b>32730</b>

- imperioso interesse Municipal na constituição destas Equipas de combate a incêndios em pleno e em contínuo 24 horas por dia, por forma a garantir a integridade física, bem-estar e a segurança dos combatentes e de toda a comunidade que luta na preservação e segurança dos seus bens.-----

- A intenção do município reforçar a compensação atribuída pela ANPC às equipas integrantes do DECIF e nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Municípios dispõem de atribuições no domínio da Proteção Civil;-----

- Que por força do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos".-----

### III- Da Proposta -----

Face ao exposto anteriormente e de acordo com o estabelecido na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida legislação, compete à Câmara

Municipal "(...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município". Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental:-----

1. Que o presente assunto seja agendado na próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove o clausulado constante da matriz de protocolo em anexo;-----

2. Caso o referido clausulado seja aprovado nos termos anteriormente sugeridos, que seja desde já legitimado o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, para outorgar o referido protocolo.-----

3. Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;---

À consideração Superior-----

O Técnico Superior-----

(Eng.º Sílvia José Sevivas Silva)-----

**Anexo:**-----

Minuta de Protocolo-----

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.06.22.** -----

À Reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do nº. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

De seguida, usou da palavra o Senhor Eng. Couto Vieira, proprietário de uma loja de serviços instalada, no Edifício Angola, no sentido de manifestar a sua discordância tendo como objeto uma fatura de água, no valor correspondente a €203,00, do mês de novembro de 2017. -----

Em tempo oportuno, deduziu uma exposição/reclamação contra o valor de tal fatura, sendo o mesmo manifestamente exagerado. -----

De facto, a loja, em causa, não consome mais de um metro cúbico de água por mês. -----

Assim, a fatura, em causa, é desproporcionada, considerando o valor de água, efetivamente, consumido. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - O esclarecimento da matéria, aparentemente, controvertida, irá determinar uma avaliação do histórico dos consumos registados, nos últimos anos, em vista a apurar os respetivos valores e, bem assim, a periodicidade das leituras realizadas. -----

2 - Partindo de tal informação, será possível formar uma posição definitiva, relativamente ao mérito da exposição, ora, apresentada. -

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Exmos. Senhores Vereadores e Vereadoras. -----

Na passada Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves realizada no dia 17 de maio de 2018, fiz uma intervenção de modo educado, como é meu apanágio e costume, e sem atacar ou ser incorreto para quem quer que seja deste executivo. -----

Explanei os meus argumentos e queixas, educadamente. -----  
O Sr. Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, respondeu-me e deu as suas opiniões. -----

Quando intempestivamente e incompreensivelmente, de uma forma grosseira e insultuosa com a minha pessoa, o sr. Vereador Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, interferiu, chamando-me entre outros, publicamente, "Mentiroso". -----

Eu, Manuel Augusto Feliz Alves Leão, declarei, e declaro, não admitir o tipo de insultos que me foram dirigidos, relativamente à minha intervenção e que não aceito que o sr. Vereador Eng. Victor Augusto Costa Santos me acusasse de falta de seriedade. Nunca ofendi o sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos ou me dirigir a ele de forma insultuosa, pelo contrário sempre o tratei com o máximo respeito e o defendi, como o posso comprovar. Quais os motivos para este comportamento insultuoso e falta de ética, da sua parte, para com a minha pessoa? -----

Não fosse a rápida intervenção do sr. Presidente da câmara e de certo modo conhecedor da gravidade do acto, a situação poderia degenerar para outros contornos. -----

Aguardei serenamente a publicação da "Ata referente a esta reunião de câmara", para a tomada de outras medidas ou queixas, inclusive judiciais, estipuladas no código penal - (Dos crimes contra a honra).-

Quando finalmente foi tornada pública a Ata da reunião, em que se passaram estes atos, com grande surpresa minha quando consultei a "Ata", inexplicavelmente, ou talvez não, esta grave ocorrência, não constava da mesma. -----

Foi "omitida"... Pergunto, quais as razões? -----

Devo ainda declarar, que durante a governação do anterior executivo autárquico do PSD, durante as muitas intervenções que fiz, durante quatro anos, sempre me foram dadas respostas educadamente e com respeito. -----

Nunca fui maltratado, insultado, ofendido ou alvo de represálias dirigidas à minha pessoa ou, o que para mim é mais grave, aos meus familiares. -----

Sempre supus que, principalmente em Chaves, vivíamos numa Democracia. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - Os comentários produzidos, durante o período de intervenção do público, devem ser feitos com inteira urbanidade. -----

2 - A ata, em apreciação, reproduz, de forma sintética, todos os aspetos mais relevantes que se passaram na reunião e relacionados com a intervenção do Sr. Manuel Leão. -----

3 - Quanto à imputação de responsabilidade à autarquia, por ação e/ou omissão, como consequência dos ramos da árvore, em causa, deve o eventual lesado apresentar, na autarquia, uma exposição, sobre a matéria, a qual será apreciada e, juridicamente, enquadrada. -----



4 - Por outro lado, quanto à eventual responsabilidade do Senhorio, no âmbito dos recentes danos ocorridos, por ausência de realização de obras de conservação, tal matéria é do foro, exclusivamente, privado e é, nessa sede, que a mesma deverá ser dirimida. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

Tendo como referência as notícias, sobre as buscas recentemente efetuadas a estruturas do PS e PSD, incluindo buscas a escritórios de advogados, autarquias, sociedades e instalações partidárias, em diversas zonas geográficas de Portugal Continental e Açores, permita-me perguntar: -----

Qual o estado da "Auditoria", anunciada, à anterior "Autarquia"? ----  
Para quando a divulgação dos resultados? -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1 - A auditoria financeira que irá ser realizada tem um âmbito de ação muito limitado às participações da autarquia, junto de entidades terceiras. -----

2 - O procedimento de contratação dos serviços de auditoria encontra-se, em curso. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezassete horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---